

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1289/2018-PGJ, DE 11.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça de Iguatemi, Thiago Barbosa da Silva, a participar, sem prejuízo de suas funções, do primeiro módulo do mestrado em Garantismo e Processo Penal promovido pela Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona/Espanha, em convênio com o Instituto de Direito e História, IDH, em Campo Grande, no período de 24 a 28.4.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1291/2018-PGJ, DE 11.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1215/2018-PGJ, de 5.4.2018, que designou o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, de forma que, onde consta: no período de 6 a 13.4.2018; passe a constar: no período de 6 a 27.4.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1292/2018-PGJ, DE 11.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 16.4.2018, a Portaria nº 1030/2018-PGJ, de 21.3.2018, que designou o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para responder pela 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1293/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 18º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial - Justiça Itinerante - da referida Comarca, no período de 16 a 20.4.2018 e nos dias 26 e 27.4.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 23 a 25.4.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Eduardo Franco Cândia.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1308/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, alterada pela Portaria nº 831/2018-PGJ, de 1º.3.2018, na parte que concedeu o 2º período de férias à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, que seria usufruído no período 21 a 30.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1309/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 15.10.2017, a ser usufruído no dia 16.4.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1311/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Brasilândia, Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Água Clara, no dia 16.4.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1313/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1133/2018-PGJ, de 28.3.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de abril de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
COMARCA DE TRÊS LAGOAS			
25.4 (18h01min) a 2.5.2018 (7h59min)	9ª PJ	Moisés Casarotto	99933-0622

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
COMARCA DE TRÊS LAGOAS			
25.4 (18h01min) a 2.5.2018 (7h59min)	4ª PJ	Ana Cristina Carneiro Dias	98127-5060

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1314/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça de Campo Grande Andréia Cristina Peres da Silva e Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público Estadual no Conselho Municipal de Bem-Estar Animal (COMBEA).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA Nº 1310/2018-PGJ, DE 12.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO, no uso de suas atribuições legais, ad referendum do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 5 (cinco) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 29 e 30.4, 1º, 13 e 14.5.2017, a serem usufruídos no período de 16 a 20.4.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1294/2018-PGJ, DE 12.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 981/2018-PGJ, de 16.3.2018, que designou a servidora Thaís da Silva Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Atividades Complementares, símbolo MPDS-107, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Engenharia, de forma que, onde consta: no período de 9 a 12.4.2018; passe a constar: no período de 9 a 11.4.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1295/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Material e Patrimônio, no dia 13.4.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1296/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Fernando Augusto Fagundes Gonçalves, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 12.5.2018, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1297/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Frederick Werner Castellani Viacek, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, nos dias 9 e 10.4.2018, em razão de viagem a trabalho da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1298/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luciene Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 20.4.2018, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1299/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu pai, a partir de 1º.4.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1300/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ilkia Larissa Bumbieris Queiroz, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça de Dourados, a partir de 7.3.2018, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1301/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Sydnei Ferreira Ribeiro Junior, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas no período de 1º a 20.4.2019 bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.5.2018, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14, 15 e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1303/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Christiane Naomi Hiratsuka	2014/2015	19 a 28.3.2018	2 a 11.5.2018	10 a 19.9.2018	
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2016/2017	8 a 17.1.2018	21 a 30.5.2018	1º a 10.10.2018	
Cristhiane Bergmaier	2015/2016	4 a 13.6.2018	1º a 10.10.2018		22 a 31.1.2018
Delenda Alves Teixeira Lino	2016/2017	2 a 11.5.2018	16 a 25.7.2018		8 a 17.1.2018
Josiane Sanches de Mamann Zillo	2017/2018	9 a 18.7.2018	10 a 19.12.2018		1º a 10.6.2018
Priscilla Nóbrega Coelho	2016/2017	19 a 28.3.2018	11 a 20.6.2018		21 a 30.5.2018
Renato Teiji Yamamoto	2015/2016	30.7 a 8.8.2018	1º a 10.10.2018		8 a 17.1.2018

Passe a constar:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Christiane Naomi Hiratsuka	2014/2015	19 a 28.3.2018	10 a 29.9.2018		
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2016/2017	8 a 17.1.2018	4 a 13.7.2018	1º a 10.10.2018	
Cristhiane Bergmaier	2015/2016	11 a 30.5.2018			22 a 31.1.2018
Delenda Alves Teixeira Lino	2016/2017	16 a 25.7.2018	1º a 10.10.2018		8 a 17.1.2018
Josiane Sanches de Mamann Zillo	2017/2018	9 a 18.7.2018	10 a 19.12.2018		12 a 21.4.2018
Priscilla Nóbrega Coelho	2016/2017	19 a 28.3.2018	4 a 13.6.2018		21 a 30.5.2018
Renato Teiji Yamamoto	2015/2016	21 a 30.5.2018	13 a 22.8.2018		8 a 17.1.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1304/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 1800/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Glauce Rocha de Sousa Gomes	2015/2016	10 a 19.7.2017	9 a 18.7.2018		2 a 11.5.2017

PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Areli Fernandes Gonçalves Zigovski	2016/2017	2 a 11.10.2017	2 a 21.5.2018		

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Suzana Costa Val Gomide Baroli	2016/2017	9 a 18.7.2018	8 a 17.1.2019		18 a 27.1.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 1800/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Glauce Rocha de Sousa Gomes	2015/2016	10 a 19.7.2017	11 a 20.6.2018		2 a 11.5.2017

PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Areli Fernandes Gonçalves Zigovski	2016/2017	2 a 11.10.2017	21 a 30.5.2018	3 a 12.9.2018	

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Suzana Costa Val Gomide Baroli	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	8 a 17.1.2019		19 a 28.1.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1306/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rosângela Bonacina Milgarefe, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.4.2018, a serem usufruídas no período de 15 a 24.10.2018, em razão de licença para tratamento da própria saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1307/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, em razão de necessidade de serviço, a partir de 9.4.2018, as férias do servidor Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, concedidas por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 16 a 28.7.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1316/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Rodrigues Duarte, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento, símbolo MPDS-105, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Sistemas de Informação, nos dias 26 e 27.4.2018, em razão de participação em curso do titular, Frederick Werner Castellani Viacek.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1317/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADORA-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Angelo Maia Marcelo Pirani, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 25 a 27.4.2018, em razão de participação em curso da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1318/2018-PGJ, DE 12.4.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, referente ao 2º (segundo) quinquênio, a partir de 24.2.2018, e retificar a Portaria nº 347/2013-PGJ, de 12.3.2013, publicada no DOMP nº 543, de 14.3.2013, na parte em que consta: “a partir de 18.2.2013”, para que passe a constar: “a partir de 24.2.2013”, nos termos do artigo 111, caput e § 3º, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 33 da Lei nº 4.134, de 6.12.2011 (Processo PGJ/10/0983/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 7/2018/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, retira o item 2.1.1. Promoção da Ordem do dia da Pauta da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que se realizará no dia 17 de abril de 2018, publicada no DOMPMS nº 1712, em 12.4.2018.

Campo Grande, 12 de abril de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2018.**2. Ordem do dia:****2.1. Matéria Administrativa inserida na ordem do dia a pedido do Relator Conselheiro Belmires Soles Ribeiro:****1. Processo PGJ/10/1084/2017.**

Requerente: Allan Thiago Barbosa Arakaki.

Assunto: Autorização para frequentar curso de mestrado em Campo Grande, sem prejuízo de funções – IDH.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, referendou à concessão da licença pelo prazo de 1 (um) mês, a partir de 02 (dois) de abril de 2018, com prejuízo de suas funções, nos termos em que foi postulado, conforme voto do Relator.*

2.2. Julgamento de Inquéritos Civis e Procedimentos:**2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 13/2016**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto ao transporte escolar no Assentamento Boa Vista em Jaraguari//MS,

devido ao grande tempo de permanência dos alunos no trajeto até a escola.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA COMARCA DE BANDEIRANTES/MS – APURAR IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO – ASSENTAMENTO BOA VISTA – JARAGUARI-MS – PERÍODO PROLONGADO DE PERMANÊNCIA NO TRAJETO ATÉ A UNIDADE DE ENSINO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – REGULARIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Não existem controvérsias a serem sanadas no feito, haja vista que a Prefeitura Municipal de Jaraguari/MS regularizou a situação dos alunos residentes no Assentamento Boa Vista, diminuindo o tempo de permanência dos mesmos dentro do transporte escolar, pois com a contratação de novos motoristas e a aquisição de uma Van, os alunos passaram a ser acolhidos às 11:10h, estando o atendimento funcionando em situação regular. Assim, inexistem motivos para o prosseguimento do feito, sendo que a homologação do arquivamento afigura-se de rigor.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 3/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade na aplicação de agrotóxicos por pulverizador mecânico nas áreas vizinhas ao perímetro urbano.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – FAZENDA PROGRESSO – LOCALIZADA NA FAIXA LÍMITROFE AO PERÍMETRO URBANO DE NAVIRAÍ – CULTURA DE SOJA – UTILIZAÇÃO DO FUNGICIDA “PRIORI XTRA” – VIA TERRESTRE - AUSÊNCIA DE NORMAS E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE A APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS EM ÁREA URBANA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Comprovou-se através das diligências encetadas nos autos, que não há como imputar a responsabilidade criminal ou administrativa ao proprietário da Fazenda Progresso, pois não há legislação normatizando o uso de defensivos agrícolas em áreas limítrofes à urbana, não podendo se falar em desrespeito ou infração às exigências estabelecidas na legislação ou nos regulamentos ambientais. Ademais, ficou constatado que o requerido a “sponte própria” plantou ao redor de sua propriedade, duas carreiras de “capim napie” ou “capim-elefante”, uma espécie vegetal que constitui uma cortina arbórea visando impedir o processo de deriva de produtos pulverizados em sua plantação, e ainda, deixou uma faixa de 50 mts sem nenhuma plantação entre o capim e a lavoura, a fim de conter o vazamento do agrotóxico ali empregado. Assim, o presente procedimento encontra-se exaurido, impondo-se para tanto a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 4/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wagner Marcelo Monteiro Borges

Assunto: Apurar a existência de dano em área de preservação permanente, assim como a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal, preservação permanente e conservação do solo no imóvel rural denominado fazenda Santa Catarina, localizada no município de Coxim/MS, de propriedade Wagner Marcelo Monteiro Borges.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA FAZENDA SANTA CATARINA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 10/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda/MS

Assunto: Apurar eventual apropriação indevida de remuneração dos servidores públicos pelo município de Miranda, consistente em descontar a contribuição sindical na folha de pagamento dos servidores municipais, ao passo que não repassa os valores descontados ao respectivo Sindicato.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MIRANDA/MS –PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA - APROPRIAÇÃO INDEVIDA – AUSÊNCIA DE REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS AO RESPECTIVO SINDICATO – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – REPASSE SINDICAL COMPROVADO PELA MUNICIPALIDADE - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Não existem controvérsias a serem sanadas no feito, haja vista que as irregularidades foram devidamente averiguados e indicaram a inexistência da apropriação das verbas da contribuição sindical dos servidores municipais pela Prefeitura Municipal de Miranda, restando comprovado que os repasses dos valores descontados em folha de pagamento dos servidores ao Sindicato dos Servidores Municipais de Miranda, encontram-se em dia. Assim, não se vislumbrou nos autos lesão aos princípios basilares da administração pública, inexistindo motivos para o prosseguimento do feito, sendo que a homologação do arquivamento afigura-se de rigor.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001564-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Anônimo

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de eventual inércia da Prefeitura Municipal de Campo Grande no atendimento à solicitação feita por cidadão junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAL INÉRCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE NO ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO FEITA POR CIDADÃO JUNTO AO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DESCARACTERIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista a não constatação de indício de ilicitude realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, uma vez que a solicitação feita pelo cidadão junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (Protocolo ° SIC2016192) foi devidamente atendido (fls. 36/56). Portanto, considerando as ponderações expostas, fazem-se ausentes fundamentos para propositura de Ação Civil Pública, coletiva ou qualquer outra pertinente a interesses coletivos “lato sensu”. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 78/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar encaminhamentos médicos irregulares feitos em UBS de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS IRREGULARES FEITOS EM UBS DE CAMPO GRANDE/MS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – ACATAMENTO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diante dos fatos narrados, o órgão de execução expediu Recomendação 009/2015/32PJ ao Município de Campo Grande, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a fim de que fosse elaborado um Termo de Compromisso e Sigilo Profissional aos Operadores do SISREG, com o escopo de evitar situações de encaminhamentos irregulares realizados em login de outro usuário. Ademais, a não observância das regras poderia configurar os crimes previstos nos artigos 154, 313-A e 325, todos do Código Penal. A municipalidade, por sua vez, acatou prontamente a supracitada Recomendação. Cumpre salientar que restou demonstrado nos autos, que os servidores Rosangela Fonseca Sandim, Marly Maria de Magalhães e Paulo Moura Rodvalho de Alencar receberam as punições administrativas cabíveis no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Outrossim, sublinhe-se que apesar de o médico Jaime Oshiro não ter recebido punição no âmbito do Conselho Regional de Medicina, foi instaurada Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, registrada sob o nº 0900180-22.2016.8.12.0001, a qual tramita perante a 2ª Vara de Direitos Difusos e Coletivos de Campo Grande. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 7/2011

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Wezer Lucarelli, Vereador de Aquidauana

Requerido: Paulo César Rodrigues dos Reis

Assunto: Apurar denúncia de aquisição de produtos farmacêuticos pela Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, sem licitação, durante o ano de 2009.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DENÚNCIA DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS PELA ASSOCIAÇÃO AQUIDAUANENSE DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, SEM LICITAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2009/MS, EM AQUIDAUANA/MS – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES COMPROVADAS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas investigações para apurar denúncia de aquisição de produtos farmacêuticos pela Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, sem licitação, e a mesma não se revelou procedente. A Prefeitura Municipal de Aquidauana, acostou aos autos cópias dos procedimentos licitatórios CV 25-09, CV 23-09 e, CV 59/09, respectivamente Anexo I, Anexo II e Anexo III. Desse modo, observou-se que a Empresa “Cirumed” se consagrou vencedora em alguns itens licitados apenas nos processos constantes nos Anexos I e II, cujo valor dos produtos totalizava R\$ 74.124,60, bem como que as notas fiscais emitidas por ela no ano de 2009, referentes a essas duas licitações, correspondem aos valores lançados no sistema “Betha” da Prefeitura Municipal, contendo, inclusive, o recebimento dos produtos pela Transportadora e os conhecimentos de transporte rodoviário emitidos pela Empresa Cruzeiro do Sul. Por outro prisma, é imperioso ressaltar a ausência do dolo apto a caracterizar ato de improbidade administrativa, pois não restou comprovada conduta lesiva. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001793-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Procedimento de Dispensa de Licitação nº 042/2015.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a contratação da empresa requerida, mediante dispensa de licitação, se deu em razão da urgência de fornecimento de gêneros alimentícios, fatos albergados na previsão contida no art. 24, XII, da Lei 8.666/93. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002247-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades perpetradas pela presidência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Guia Lopes da Laguna/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – IRREGULARIDADES NA APAE DE GUIA LOPES DA LAGUNA - NÃO COMPROVAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos elementos coligidos aos autos, que a representação anônima se mostrou infundada e desprovida de lastro probatório. Em verdade, as provas apontam para uma satisfatória prestação de serviços pela APAE de Guia Lopes de Laguna/MS. Desse modo, considerando que não restaram comprovadas as irregularidades noticiadas, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 10/2015

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Caixa Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul - CASSEMS

Assunto: Apurar a não disponibilização, na área geográfica de abrangência e na área de atuação do produto, de vagas em unidade de terapia intensiva - UTI para consumidores do plano de saúde CASSEMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – FORNECIMENTO DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES PELA CASSEMS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO – AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – NÃO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que não houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do mencionado TAC, conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que instaure o referido procedimento, para a efetiva fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento firmado com a requerida. Desse modo, voto pela homologação do TAC, bem como pela NÃO homologação da promoção de arquivamento do presente inquérito civil, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que instaure o referido procedimento.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela homologação do Termo de Ajustamento de Conduta e pela não homologação da promoção de arquivamento do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 26, § 5.º, da Resolução n.º 015/2007 – PGJ, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que instaure o Procedimento Administrativo para a efetiva fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a requerida, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 40/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim, Restaurante Senzala e o Restaurante Vô Pedro

Assunto: Apurar eventual irregularidade, consistente em contratação com Restaurantes Senzala e Vô Pedro para fornecimento parcelado de refeições (Jantar) com rodízios de carnes e peixes em atendimento a solicitação das Secretarias Municipais de Coxim/MS, no valor total de 24.975,60, identificando eventuais atos de improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES EM LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES – NÃO COMPROVAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a observância de todos os requisitos legais durante a contratação empresa requerida. Ademais, no decorrer da execução contratual, verificou-se que o Município de Coxim/MS utilizou das refeições adquiridas em diversas ocasiões e eventos (espetáculos, shows e comitivas com autoridades). Desse modo, considerando que as irregularidades não foram comprovadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 62/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, decorrente da falta de qualificação técnica dos profissionais que atuam nos procedimentos administrativos do IMAM de Dourados, bem como possível excesso de poder de alguns profissionais lotados no respectivo órgão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NO IMAM – NÃO COMPROVAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que, no que concerne à ausência de qualificação técnica do corpo de servidores do IMAM, verificou-se da documentação acostada aos autos, que todos os funcionários de citada autarquia possuíam habilitação nas respectivas áreas de atuação, bem como registro nos conselhos de classe. Em relação ao possível excesso de poder, apurou-se que a denúncia se originou em razão, apenas, pela exoneração da servidora P.S.D. Contudo, citada funcionária ocupava cargo de provimento em comissão, o que, como se sabe, é de livre nomeação e exoneração. Por fim, quanto a taxa para manutenção de cadastro de profissionais, constatou-se que referida taxa não é mais exigida pela Administração Municipal desde o ano de 2013. Assim, ante a não comprovação das irregularidades, torna-se despiendo o seguimento do presente inquérito civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Pedido de Providência nº 3/2007

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauricio Marques de Lima, fazenda Bom Jesus

Assunto: Apurar desmatamento irregular.

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIA – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Procedimento Preparatório nº 14/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ervoner Santos Amado Debona

Requerida: Casa de Pára-Choque, Adair Ferreira da Silva

Assunto: Apurar irregularidades nas atividades desenvolvidas por Adair Ferreira da Silva, proprietário do estabelecimento denominado “Casa Pára-Choque” tal que seja potencialmente poluidora e se provoca danos ambientais.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente procedimento preparatório. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Pedido de Providência nº 4/2006

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Velloso da Silva

Assunto: Apurar possível destruição de floresta considerada de vegetação no imóvel conhecido como “Fazenda Triunfo” e “Fazenda Santa Guilhermina” localizada na zona rural de Alcínópolis.

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIA – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 76/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de reembolso ou pagamento de despesas decorrentes de assistência à saúde para deputados estaduais, seus cônjuges e dependentes, por parte da Assembleia Legislativa do Estado, com possível afetação aos princípios da administração pública e às normas de direito público em vigor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – ATO DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – ATRIBUIÇÃO PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – NÃO CONHECIMENTO – ENUNCIADO Nº 15/2017. Considerando que, tanto os promotores de justiça subscritores da promoção de arquivamento, como o Procurador-Geral de Justiça, são Órgãos de Execução do Ministério Público, a presente situação se enquadra na hipótese prevista no Enunciado n.º 15/2017, devendo os ilustres membros, após despacho fundamentado, remeter os autos originais ao Procurador-Geral de Justiça, mostrando-se despicienda ciência ou homologação por este Conselho Superior. Desse modo, voto pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento, devolvendo os autos à Promotoria de Justiça de origem, para as providências cabíveis.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo não conhecimento da presente promoção de arquivamento, com fulcro no art. 2º, § 2.º e 3.º, da Resolução n.º 174, e art. 9-A da Resolução n.º 23, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, e determinou que se proceda a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que referido Órgão de Execução promova a sua remessa ao Procurador-Geral de Justiça, mostrando-se despicienda ciência ou homologação por este Conselho Superior, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 8/REM/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar a suposta ilicitude da terceirização dos serviços de limpeza na Secretaria Municipal de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PAGAMENTO DE SERVIÇOS SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO – IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, após as diligências encetadas pela Promotoria de Justiça, verificou-se que os serviços de limpeza foram efetivamente prestados nas escolas municipais. Desse modo, considerando que não restou comprovada a irregularidade noticiada, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 3/2015

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul/MS

Assunto: Acompanhar o reordenamento do sistema viário municipal, previsto na Lei Municipal nº 739/2009.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NO SISTEMA VIÁRIO – SANEAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que o município requerido promoveu todas as adequações previstas na Lei Municipal n.º 739/2009. Desse modo, considerando o saneamento das irregularidades noticiadas, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 20/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar possíveis ilegalidades no procedimento licitatório para a contratação de agência de publicidade pelo município de Ribas do Rio Pardo/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SERVIÇOS DE PUBLICIDADE – IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, havendo a regularidade formal do procedimento licitatório, atestada também pelo Tribunal de Contas, coube ao Ente Municipal a decisão se os serviços de publicidade eram ou não pertinentes ao interesse público, sem existir, no caso em tela, manifesta desproporção quanto às verbas utilizadas para a divulgação dos serviços e atividades realizadas pelo Poder Público. Desse modo, considerando que não restou comprovada a irregularidade noticiada, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Inquérito Civil nº 14/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim/MS

Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade quanto à utilização de maquinários pela Prefeitura Municipal de Coxim/MS, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MÁ UTILIZAÇÃO DE MAQUINÁRIO – NÃO COMPROVAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o maquinário pertencente ao Poder Público municipal se prestou à confecção de um logradouro público, adentrando em parte de uma propriedade privada apenas para reparos, visando a conservação da via pública. Desse modo, considerando que as irregularidades não foram comprovadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 21/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Euclides Nery de Oliveira, chácara Nossa Senhora Aparecida

Assunto: Impedir a regeneração natural de vegetação ciliar às margens do rio Taquari.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 40/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roque Quagliato e o sítio Casa Amarela

Assunto: Apurar degradação em área de preservação permanente e desmatamento de vegetação nativa situada às margens direita do rio Taquari.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente inquérito civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001173-7**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Eveline Ferreira de Freitas

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana estaria descumprindo a Lei Municipal n. 2.297/2013, por não conceder reposição salarial aos funcionários.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR DENÚNCIA DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA ESTARIA DESCUMPRINDO A LEI MUNICIPAL N. 2.297/2013, POR NÃO CONCEDER REPOSIÇÃO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS - OBJETO INSERIDO NO PROCESSO N. 0801964-14.2016.8.12.0005 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos apurados no presente procedimento estão abrangidos pelo objeto da Ação de Indenização de Reposição de Perdas de Vencimentos e Incorporação c/c Perdas e Danos c/c Tutela de Urgência Cautelar (Autos n.º 0801964-14.2016.8.12.0005), a qual foi ajuizada objetivando a reposição de perdas salariais dos vencimentos correspondentes ao ano de 2016, os quais já foram devidamente julgados pela 2ª Vara Cível da Comarca de Aquidauana. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001671-4

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arquileu Roque Ballardín - ME

Assunto: Averiguar possível lesão ao consumidor, consistente na comercialização do produto biodiesel BS500, com especificação diversa da estabelecida no Regulamento Interno da ANP, por Arquileu Roque Ballardín - ME.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - AVERIGUAR POSSÍVEL LESÃO AO CONSUMIDOR, CONSISTENTE NA COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO BIODIESEL BS500, COM ESPECIFICAÇÃO DIVERSA DA ESTABELECIDA NO REGULAMENTO INTERNO DA ANP, POR ARQUILEU ROQUE BALLARDÍN - ME -

OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, em que pese o estabelecimento tenha sido autuado por descumprimento de ato normativo expedido pela ANP referente ao percentual de biocombustível, restou comprovado que não houve lesão ao consumidor na comercialização do produto, tendo em vista que a empresa estava comercializando com percentual de 5,60 %, inferior ao máximo permitido de 7% à época, o que de fato não gerou nenhum tipo de prejuízo ao consumidor final. Outrossim, cumpre salientar que a ANP instaurou processo administrativo para apuração dos fatos, onde houve o pagamento de multa pela empresa infratora, sendo tal processo, posteriormente, arquivado. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001272-5

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Procuradoria da República no Distrito Federal

Requerida: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar suposta irregularidade no pagamento de verbas indenizatórias e cotas parlamentares no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DE VERBAS INDENIZATÓRIAS E COTAS PARLAMENTARES NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL - OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que não restaram configurados quaisquer atos de improbidade administrativa no presente caso, porquanto, conforme informado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a destinação das Cotas Parlamentares CEAP possuem caráter indenizatório, ou seja, cabe exclusivamente a cada parlamentar, sendo de sua responsabilidade a compatibilização do objeto com a legislação e correta destinação dos recursos recebidos. Ademais, destaca-se que o art. 2º, do Ato nº 02/15 Mesa Diretora, traz em sua redação objeto idêntico às despesas previstas nos atos que disciplinam o uso das cotas Parlamentares no âmbito do Congresso Nacional, as quais já foram objeto de Ação Civil Pública nº 54538-57.2014.4.01.3400, que, inclusive, foi julgada improcedente pela 20ª Vara Federal de Brasília. Outrossim, constata-se que a suposta irregularidade no pagamento de verbas indenizatórias e cotas parlamentares no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul caracteriza pedido genérico, uma vez que visa a investigação ampla de todos os parlamentares da Casa Legislativa, fato este que torna ausente a justa causa à continuidade do presente feito. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001679-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Companhia Mate Laranjeira.

Assunto: Apurar possível dano ambiental provocado pela Companhia Mate Laranjeira em decorrência do corte de árvores nativas isoladas, em uma área aproximada de 5,86 hectares, em desacordo com autorização ambiental obtida.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL PROVOCADO PELA COMPANHIA MATE LARANJEIRA EM DECORRÊNCIA DO CORTE DE ÁRVORES NATIVAS ISOLADAS, EM UMA ÁREA APROXIMADA DE 5,86 HECTARES, EM DESACORDO COM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL OBTIDA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatada a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto, conforme parecer do IMASUL, a empresa em questão agiu em conformidade com a Autorização Ambiental nº 764/2015 obtida pelo órgão ambiental competente, não havendo falar no presente caso em ocorrência danos ambientais pela requerida. Ademais, certificou-se que as árvores que foram derrubadas são da espécie bocaiúva, que não apresentam aproveitamento econômico, motivo pelo qual restou arquivado o Auto de Infração nº 23288. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 11/2016

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Dayane de Castro Nascimento Picolli, Espaço de Recreação Infantil Futuro Brilhante, Espaço Sossego da Mamãe, Indy Bianchetto e Salete Wommer

Assunto: Apurar a regularidade do funcionamento de espaços que atendem crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos,

possivelmente sem adequação e autorização do Conselho Municipal de Educação de São Gabriel do Oeste.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE DO FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS QUE ATENDEM CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 05 (CINCO) ANOS DE IDADE, POSSIVELMENTE SEM ADEQUAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GABRIEL DO OESTE – OBJETO ESGOTADO COM RELAÇÃO A UMA PARTE DOS REQUERIDOS – HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO PARCIAL – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA A OUTRA PARTE DOS REQUERIDOS – OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 17/CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO CONHECIDA.

Deliberação: *à unanimidade, o Conselho votou pela homologação do arquivamento com relação aos requeridos Eliane dos Anjos de Oliveira, Leonardo Vinicius Pereira e Leila Rosária de Félix Pereira e no que se refere à propositura de ação civil pública em desfavor das requerida Indy Bianchetto e Jenifer Vandes Maciel votou pelo não conhecimento da promoção de arquivamento, e determinou a remessa do presente feito à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto da Relatora.*

6. Procedimento Preparatório nº 12/2017

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Vida Bonito

Assunto: Apurar irregularidades na entidade de acolhimento de crianças e adolescentes Fundação Vida Bonito.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR IRREGULARIDADES NA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FUNDAÇÃO VIDA BONITO – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, constata-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto foi determinada a extinção da Fundação Vida Bonito, com o consequente repasse do seu patrimônio para a Prefeitura Municipal de Bonito. Ademais, verificou-se a instauração do Procedimento Administrativo 09.2017.00004089-1, pela Promotoria de Justiça de origem, para acompanhar o processo de transição da referida fundação para a administração pública municipal. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

7. Inquérito Civil nº 4/2014

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Stenio Congro

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Fundação Stênio Congro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA FUNDAÇÃO STÊNIO CONGRO – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as contas da Fundação Stênio Congro foram devidamente analisadas e aprovadas de acordo com a técnica contábil vigente, obtendo-se parecer favorável do DAEX/CORTEC-PGJ quanto à emissão do Certificado de Regularidade referentes aos anos de 2010 a 2013. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

8. Inquérito Civil nº 17/2013

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em decorrência da prática, em tese, do crime de tortura por policiais do Departamento de Operações de Fronteira - DOF, tendo como vítima a pessoa de Luiz Alexandre Pierre.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA, EM TESE, DO CRIME DE TORTURA POR POLICIAIS DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE FRONTEIRA – DOF, TENDO COMO VÍTIMA A PESSOA DE L. A. P. – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não restaram configurados atos de improbidade administrativa no presente caso, pois, conforme atestou o Laudo de Exame de Corpo de Delito – Lesão Corporal, bem como os depoimentos dos médicos legistas que elaboraram o referido laudo, L. A. P. não apresentava nenhum tipo de lesão na data em que foi transferido para a Penitenciária de Dourados, após ter sido recolhido para o DOF. Outrossim, cumpre salientar que a alegação de L. A. P. de que teria sofrido agressões não foi confirmada pelos depoimentos testemunhais de Agentes Penitenciários de Ponta Porã. Por fim, ressalta-se que foi

instaurado o Inquérito Policial n. 191/2014 para apuração dos fatos, o qual restou arquivado diante “ausência de provas quanto à materialidade dos crimes de abuso de autoridade e tortura”. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 12/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível utilização de máquinas e equipamentos públicos em obra particular, consistente na construção de um aeroporto na fazenda Santarém, bem como seus reflexos na seara da improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM OBRA PARTICULAR, CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE UM AEROPORTO NA FAZENDA SANTARÉM, BEM COMO SEUS REFLEXOS NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, verificou-se a inexistência de atos que ensejem improbidade administrativa, porquanto as obras para a construção de aeroporto em propriedade particular foram realizadas com equipamentos do proprietário da fazenda Santarém, bem como com o auxílio de alguns caminhões contratados da empresa Almeida e Omena Ltda. Outrossim, cumpre salientar que a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, uma vez que não foram utilizados equipamentos e maquinários públicos na obra de construção do aeroporto na propriedade particular. Ademais, ressalta-se que foi instaurado o Procedimento nº 01/2015 pela Comissão de Fiscalização da Câmara Municipal a fim de apurar os fatos, o qual concluiu não haver qualquer elemento que identifique as irregularidades denunciadas. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 4/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gean Carlos Euzébio da Silva

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado por Gean Carlos Euzébio da Silva, consistente no acúmulo ilegal de cargos públicos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR G. C. E. DA S., CONSISTENTE NO ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ E DOLO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, verificou-se a inexistência de atos que configurem improbidade administrativa, porquanto o servidor em questão exercia um cargo de professor, ministrando aulas de flauta doce, no Município de Angélica e de um cargo técnico (ensaiar e coordenar as apresentações da banda musical) em Ivinhema, acumulação esta permitida pela Constituição Federal em seu art. 37, XVI. Ressalta-se que o cargo de músico é reconhecido pela jurisprudência pátria como um cargo técnico, sendo, portanto, admitida a sua cumulação com o cargo de professor, desde que haja a compatibilidade de horários, situação que se enquadra no presente caso. Outrossim, cumpre salientar que a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, uma vez que houve a devida prestação dos serviços pelo servidor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 14/2014

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Operadora Vivo

Assunto: Apurar a notícia da má qualidade dos serviços de telefonia e internet móvel prestado pela Operadora Vivo no município de Três Lagoas/MS, em razão da falha e ausência de sinal e queda da comunicação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A NOTÍCIA DE MÁ QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA

E INTERNET MÓVEL PRESTADOS PELA OPERADORA VIVO NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS, EM RAZÃO DA FALHA E AUSÊNCIA DE SINAL E QUEDA DA COMUNICAÇÃO – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não restaram comprovados vícios e/ou má qualidade na prestação de serviços de telefonia pela operadora Vivo. Ressalta-se que, conforme relatórios da Agência Nacional de Comunicação – ANATEL, embora tenha apresentado alguns períodos de oscilações nas taxas de conexão de dados, o que é comum acontecer, a operadora em questão sempre manteve a prestação de serviços dentro dos patamares de referência do indicador Taxa de Conexão de Voz e Taxa de Desconexão de Voz e Dados. Ademais, certificou-se que as reclamações de consumidores registradas no PROCON contra a prestadora Vivo, contestavam, em sua maioria, a respeito de supostas cobranças indevidas e não de falha na prestação do serviço e voz e/ou dados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 5/2017

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estevão Camilo Favaretto e o município São Gabriel do Oeste

Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento da Chácara 07, Quadra 03, com área total de 11.200,00 m², do Loteamento Santa Luzia II, objeto de matrícula nº 4.269 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE DO PEDIDO DE DESMEMBRAMENTO DA CHÁCARA 07, QUADRA 03, COM ÁREA TOTAL DE 11.200,00M², DO LOTEAMENTO SANTA LUZIA II, OBJETO DE MATRÍCULA N. 4.269 DO CRI DE SÃO GABRIEL DO OESTE, NO QUE CON CERNE À INFRAESTRUTURA BÁSICA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto o proprietário da área em questão manifestou-se pela desistência em dar continuidade ao processo de desmembramento havendo o seu cancelamento em razão da sentença judicial proferida nos autos da Ação de Pedido de Providências n.º 0000754-41.2016.8.12.0043. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 1/2013

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Procurador-Geral do Município de Aquidauana

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS

Assunto: Apurar denúncia de irregularidade na contratação da funcionária Lindomar Lili Sebastião pela Prefeitura Municipal de Aquidauana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DENÚNCIA DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DA FUNCIONÁRIA L. L. S. PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ E DOLO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a inexistência de irregularidades que configurem atos de improbidade administrativa no caso em tela, porquanto, o ato do Gerente da Administração Municipal que incluiu novamente a servidora na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Aquidauana ocorreu logo após ter encerrado o prazo de licença para tratar de interesses particulares (realização de estudos), concedido pela Portaria n.º 1.184/2009. O que de fato ocorreu foi um equívoco da administração pública em não observar, no momento em que concedeu a licença para a servidora em questão, que esta se encontrava em estágio probatório do segundo concurso em que fora aprovada para o cargo de professora de educação infantil, tendo, consequentemente, tornado sem efeito a portaria que concedeu a pleiteada licença, por entender estar em contrariedade com o disposto no art. 103 da Lei Municipal n.º 1.231/91, que permite a concessão de licença apenas para servidores estáveis, sendo que, em momento posterior, houve a regularização da situação da referida servidora. Todavia, não se pode confundir meras irregularidades administrativas com as graves faltas funcionais de improbidade, sujeitas às sanções da Lei n. 8.429/92. Todo ato ímprobo é um ato ilícito, irregular, mas nem todo ilícito ou irregularidade constitui-se em ato de improbidade. Além disso, a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, uma vez que a referida servidora gozou de licença concedida pela administração pública sem o recebimento de remuneração no período em que esteve afastada de suas funções, não gerando, portanto, prejuízos ao erário municipal. Por fim, cumpre salientar que a administração pública municipal instaurou Sindicância Administrativa n.º 001/2010 para apurar os fatos. Assim, vota-se

pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 8/2015

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Caarapó

Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar

Requeridos: Cantinho do Chopp, Coelho's Beer, Sertanejo's Beer

Assunto: Apurar possíveis irregularidades do funcionamento das distribuidoras de bebidas Cantinho do Chopp, Sertanejos Beer e Coelhos Beer, na cidade de Caarapó-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DE DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS, NA CIDADE DE CAARAPÓ-MS – OBJETO ESGOTADO – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que objeto do feito está esgotado, porquanto o prédio do estabelecimento Cantinho do Chopp foi demolido, bem como porque foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o proprietário do estabelecimento Coelho's Beer, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, considerando que o i. Promotor de Justiça salientou que o acompanhamento e a fiscalização dos termos ajustados serão efetivados mediante procedimento administrativo próprio, conforme determina o art. 38, caput, da Resolução nº 15/2007-PJ, conclui-se que o presente procedimento deve ser arquivado. Por fim, no tocante ao requerido Sertanejo's Beer, cabe salientar que este encerrou suas atividades, inclusive com baixa de inscrição perante a Prefeitura Municipal de Caarapó, verificando-se, assim, a perda do objeto quanto a ele. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 44/2011

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aferição de produtividade fiscal em secretarias municipais, notadamente Secretaria Municipal da Receita e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbanístico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA AFERIÇÃO DE PRODUTIVIDADE FISCAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANÍSTICO – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que objeto do feito está esgotado, porquanto não restaram comprovadas as irregularidades descritas na denúncia, uma vez que as gratificações foram recebidas pelos servidores em questão de acordo com a legislação que regulamentava tais percebimentos, Decreto 7.629/1995, posteriormente alterado pelos Decretos 11.794/2012 e 11.849/2012, não havendo falar no presente caso em cumulação de gratificação. Cumpre elucidar que os servidores M. A. M. C. e J. A. B. tiveram suas nomeações alteradas para a função de Diretor Executivo, e para o cargo de Secretário Adjunto, respectivamente, ambos acumulando função de Supervisor, fazendo jus, portanto, às gratificações provenientes de produtividade fiscal estabelecidas nos supracitados Decretos vigentes à época. Outrossim, destaca-se que os fatos também foram apurados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, que concluiu pelo arquivamento do processo TC 10540, sustentando que não foi constatada, no presente caso, a ocorrência das irregularidades descritas na representação. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000332-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ambiental em propriedade rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE AQUIDAUANA/MS - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE DESMATAMENTO IRREGULAR - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL- IMÓVEL NÃO INSCRITO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - ENUNCIADO N° 10 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO NECESSÁRIA À INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. No decorrer do trâmite do procedimento, não se constatou dano ambiental na propriedade rural. Contudo, não se comprovou nos autos a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), em contrariedade ao disposto no Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público que determina que, inexistindo dano ambiental, a promoção de arquivamento será homologada mediante apresentação do CAR pelo proprietário rural. Promoção de arquivamento não homologada. Baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que intime o proprietário para comprovar a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, nos termos do artigo 26, §5º, da Resolução nº 015/2007-PGJ e do artigo 10, §4º, inciso I, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que intime Armando Barros Olivo para comprovar a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 29/2015

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de turmas multiseriadas na extensão rural da Escola Municipal Alcino Carneiro, em Alcinópolis/MS, bem como o uso de livros didáticos ultrapassados e a ausência de turma de educação infantil.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES ESTRUTURAIS NA EXTENSÃO RURAL DA ESCOLA MUNICIPAL ALCINO CARNEIRO, EM ALCINÓPOLIS/MS – IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovou-se nos autos que foram realizadas as reformas necessárias na extensão rural da Escola Municipal Alcino Carneiro, conforme vistoria da Vigilância Sanitária. Regularidade da oferta de ensino na Instituição. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação; à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 8/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ibama

Requerido: Paulo Ferreira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente das condutas do requerido, bem como a possibilidade de sua reparação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MUNDO NOVO – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL, EM DECORRÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE PÁSSAROS SILVESTRES EM CATIVEIRO DE FORMA IRREGULAR – CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação; à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 28/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Pionti

Assunto: Apurar as irregularidades na extração de madeira desenvolvida, sem licença, na fazenda Apia, de propriedade de Antônio Pionti.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA APIA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO - IRREGULARIDADES SANADAS. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado neste procedimento preparatório, porquanto o proprietário rural sanou as

irregularidades inicialmente constatadas na área de reserva legal e na área de preservação permanente, além de inscrever o imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Deliberação; à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 2/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Diego Júlio Sanches e Francisco José de Andrade

Assunto: Apurar a construção de um açude sobre uma nascente d'água, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BATAYPORÃ – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL PRATICADO POR DIEGO SANCHES MARCHI EM DECORRÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE AÇUDE SOBRE UMA NASCENTE D'ÁGUA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovação nos autos de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante regularização e preservação da área de reserva legal e da área de preservação permanente, bem como inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação; à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 22/2016

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos relatados na Manifestação nº 11.2016.00003759-2, oriundo da Ouvidoria do MP/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SIDROLÂNDIA – URBANISMO – APURAR EVENTUAL INVASÃO DE ÁREAS PÚBLICAS POR PARTICULARES NA RUA AQUIDABAN – CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Procedimento Preparatório nº 3/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Sebastião

Assunto: Apurar notícias da prática de ilícitos ambientais, em especial o corte seletivo de madeira de lei, sem licença, na Fazenda São Sebastião, localizada no município de Miranda.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO - IRREGULARIDADES SANADAS. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado neste procedimento preparatório, porquanto o proprietário rural sanou as irregularidades inicialmente constatadas na área de reserva legal, na área de preservação permanente, além de adoção de medidas de conservação do solo e inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 6.2017.00000934-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado e Câmara Municipal

Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse financeiro às rádios Cultura FM e Shekina por meio de agências de publicidade contratadas pelo Poder Executivo e Legislativo Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM REPASSE FINANCEIRO A RADIOS COMUNITÁRIAS - NÃO VERIFICADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Inexistência de vínculo contratual de apoio cultural entre o Poder Legislativo e Executivo Municipal. Não comprovada a ocorrência do desvio de verbas públicas, apta a configurar ato de improbidade administrativa. Vota-se pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001317-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sueli Ortega dos Santos

Assunto: Apurar eventual irregularidade em acumulação de cargos públicos por Sueli Ortega dos Santos.

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o voto da Relatora não homologando o arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000199-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: K.B. de S.

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande - PMCG

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do pagamento do 13º salário dos servidores públicos municipais somente no mês de janeiro de 2017, o que supostamente contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CAMPO GRANDE – ATRASO - PAGAMENTO SERVIDORES MUNICIPAIS - COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO INTEGRAL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que, não obstante o atraso relatado, houve o pagamento integral do 13º salário de todos os servidores municipais, conforme documentação encaminhada aos autos. Ausência de elementos que comprovem prática de ato que configure improbidade administrativa por parte do Poder Executivo Municipal. Falta justa causa para prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000382-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta responsabilidade do Fundo Especial de Saúde em decorrência de inadimplência à empresa POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - RESPONSABILIDADE DO FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE - INADIMPLENTO - FALTA DE JUSTA CAUSA - ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. Verificou-se que a empresa POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. forneceu materiais para uso médico hospitalar ao município, resultando na nota fiscal de valor R\$ 136.730,00 reais. Extraí-se da Ação de Cobrança ajuizada pela empresa credora de que já houve o pagamento parcial da dívida. Constata-se que o inadimplemento não decorreu de eventual ato de improbidade administrativa ou ilegalidade praticada por servidores públicos, que justificassem a atuação do Parquet. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000397-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de professores para as escolas da rede municipal de ensino sem as qualificações mínimas necessárias ao exercício da docência

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - EDUCAÇÃO IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES -

AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA - ACATAMENTO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que após as diligências adotadas, com a expedição de Recomendação Ministerial, houve a regularização do quadro de professores da rede municipal de ensino, com o envio dos respectivos diplomas de graduação, nos termos do que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000869-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Roberto Villas Boas

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente ao não cumprimento de carga horária de trabalho do servidor municipal Gustavo Roberto Villas Boas que, em tese, estaria lecionando na UNIGRAN em horário incompatível com suas atividades no Hospital da Vida.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE DOURADOS - DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO POR SERVIDOR MUNICIPAL - NÃO COMPROVADA – ARQUIVAMENTO. Após as diligências adotadas pelo membro ministerial, constatou-se que o servidor solicitou e teve deferido pedido de permuta de horários com outra farmacêutica para ministrar aulas às quintas-feiras, pela manhã. Devidamente demonstrado o cumprimento de carga horária devida no período vespertino. Ausência de justa causa que justifique intervenção daquele órgão ministerial. Vota-se pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001079-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no não recolhimento de contribuições ao INSS por parte da Prefeitura Municipal de Bandeirantes-MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - BANDEIRANTES - IRREGULARIDADE NOS REPASSES DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - SITUAÇÃO REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificou-se que os valores das contribuições previdenciárias em atraso foram negociados e encontram-se inclusos no Programa de Regularização de Débitos Previdenciários dos Estados e Municípios. Ausência de elementos que demonstrem a ocorrência de atos que se enquadrem nas hipóteses previstas na Lei de Improbidade Administrativa. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001428-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o assunto narrado na Manifestação de nº 11.2017.00002684-4 da Ouvidoria do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS - DENÚNCIA ANÔNIMA - IRREGULARIDADES RELACIONADAS À SERVIDORES DA MUNICIPALIDADE - NÃO COMPROVADAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - ENUNCIADO 14 DO CSMP/MS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que a representação anônima carece de verossimilhança, tendo em vista que restou demonstrado que os servidores apontados na denúncia encontram-se exercendo devidamente seus cargos perante à municipalidade, não se verificando quaisquer irregularidades no exercício de suas funções. Ausência de justa causa para prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 5/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Terenos

Requerente: Erlíó Natalício Fretes

Requeridas: Câmara de Vereadores de Terenos e a Prefeitura de Terenos/MS

Assunto: Apurar eventual ocorrência de aumento exacerbado dos subsídios dos agentes políticos pertencentes a Câmara

de Vereadores e Prefeitura de Terenos, nas legislaturas 2009/2012 e 2013/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PREFEITO MUNICIPAL – LEGISLATURAS 2009/2012 E 2013/2016 – AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE – PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS RESPEITADOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que não foram constatadas irregularidades em tais reajustes de subsídios, os quais respeitaram os parâmetros constitucionais. Arquivamento homologado.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

10. Inquérito Civil nº 61/2013

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Durvalina Galatti Ribeiro, sítio São José

Assunto: Regularização ambiental da propriedade rural denominada sítio São José, pertencente à Durvalina Galatti Ribeiro, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da empresa Toposat Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – PROPRIEDADE RURAL - REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL –AUXÍLIO TÉCNICO DA AGRAER PARA INSCRIÇÃO NO CAR COMPROVAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que convertido os autos em diligência, a proprietária do imóvel comprovou sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural. Nenhuma irregularidade a ser sanada. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

11. Inquérito Civil nº 43/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da utilização indevida de bens do município de Naviraí por particulares.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTA UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ POR PARTICULARES – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que convertido o julgamento em diligência, o Promotor de Justiça expediu Recomendação ao prefeito municipal e ao gerente de saúde de Naviraí, a qual foi atendida pelos destinatários. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

12. Inquérito Civil nº 47/2012

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no convênio firmado entre o DETRAN/MS e a empresa GRV/CETIP para recebimento de “taxa de registro de contrato de financiamento”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO CONVÊNIO ENTRE DETRAN-MS E GRV/CETIP – TAXA DE REGISTRO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO – NENHUMA IRREGULARIDADE CONSTATADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que não foram constatadas irregularidades na cobrança de taxa de cadastro do gravame. FENASEG detentora exclusiva dos direitos de uso do sistema nacional de seguros. Inexigibilidade de licitação. Arquivamento homologado.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

13. Procedimento Preparatório nº 2/2017

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual situação de risco envolvendo o adolescente J.O. e seu núcleo familiar.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – INFÂNCIA E JUVENTUDE - COMARCA DE ELDORADO - APURAR EVENTUAL SITUAÇÃO DE RISCO ENVOLVENDO ADOLESCENTE E SEU NÚCLEO FAMILIAR – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR - ARTIGO 3º, INCISO IV, DA RESOLUÇÃO Nº 005/2012-CPJ - PROMOÇÃO

DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, constata-se que foi instaurado Procedimento Administrativo para fiscalizar e acompanhar a situação do núcleo familiar, por se tratar de medida mais adequada ao caso concreto para apurar direitos exclusivamente individuais, afetos à atividade do Ministério Público, na área da infância e juventude, de acordo com o disposto no artigo 3º, inciso IV, da Resolução nº 005/2012-CPJ. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 15/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estância Frazão

Assunto: Apurar a prática de supressão vegetal em aproximadamente 47ha (quarenta e sete hectares), da Estância Frazão, localizada no município de Jardim/MS, de propriedade de Ronaldo Trindade Frazão, brasileiro, comerciante, portador do CPF n. 273.336.711-00, residente na Avenida 11 de Dezembro, n. 886, em Jardim/MS, sem licença/autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – OBJETO – APURAR APARENTE SUPRESSÃO VEGETAL – TAC FIRMADO – CLÁUSULAS INTEGRALMENTE CUMPRIDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC e integral cumprimento de suas cláusulas. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 29/2012

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Apurar eventual descumprimento de contrato administrativo, compra de combustível tipo gasolina sem contrato e sem licitação e desvio de verbas por parte da Prefeitura Municipal de Batayporã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA COMPRA DE COMBUSTÍVEL – FALTA DE LICITAÇÃO E DESVIO DE VERBAS – NENHUMA IRREGULARIDADE CONSTATADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que não foram constatadas irregularidades na compra de gasolina pela municipalidade. Licitação corretamente realizada. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 10/2015

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Construtora e Incorporadora Gil Mendes Ltda. Epp, e o município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a observância às normas urbanísticas e ambientais por parte do empreendimento Residencial Portinari, bem como acompanhar a atuação fiscalizatória do município de Ponta Porã/MS no processo de licenciamento ambiental respectivo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO – NENHUMA IRREGULARIDADE CONSTATADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que não foram constatadas irregularidades urbanísticas ou ambientais na construção do empreendimento Residencial Portinari. Leis Federais e Municipais cumpridas. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 10/2016

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Representante do Estabelecimento “Quintal do Carioca”

Assunto: Requisitar e adotar providências com o fito de regularizar o funcionamento do estabelecimento Quintal do Carioca, em especial, no que se refere aos níveis de pressão sonora emitidos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – OBJETO – APURAR APARENTE SUPRESSÃO VEGETAL – TAC FIRMADO – CLÁUSULAS INTEGRALMENTE CUMPRIDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC e integral cumprimento de suas cláusulas. Arquivamento

homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

18. Inquérito Civil nº 4/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente no direcionamento de processo licitatório para contratação de empresa de assessoramento e consultoria administrativa pelo município de São Gabriel do Oeste/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTO DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO – EMPRESA DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA – NENHUMA IRREGULARIDADE CONSTATADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que não foram constatadas irregularidades no processo licitatório. Empresa concorrente que não impugnou o certame. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

19. Inquérito Civil nº 30/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agripar Aviação Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade na empresa Agripar Aviação Agrícola Ltda., consistente no uso, produção, consumo, comércio, aplicação aérea e o armazenamento de agrotóxicos e fertilizantes, desprovidos de licença ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – EMPRESA AGRIPAR – COMÉRCIO, ARMAZENAMENTO E APLICAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICOS – LICENÇA AMBIENTAL COMPROVADA – REGULARIDADE DAS ATIVIDADES – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Restou comprovada a regularidade das atividades da empresa requerida, uma vez que esta possuía licença ambiental junto ao Instituto Municipal de Meio Ambiente – IMAM, do município de Dourados (RLO nº 41.304/2014). Tendo em vista a informação de que a empresa requerida teria atuado em outros municípios ao redor, oficiou-se às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das comarcas respectivas, com atribuição para a matéria, para providências que entenderem necessárias quanto à possível ocorrência de ilícito ambiental. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

20. Inquérito Civil nº 84/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos contratos firmados ente o Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa Delta Construções S.A.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADE NOS CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E A EMPRESA DELTA CONSTRUÇÕES S/A – NÃO VERIFICADO -HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Depreende-se dos autos que não foram identificados elementos mínimos de autoria e materialidade apto a ensejar ato de improbidade administrativa. Irregularidades não comprovadas. Vasta documentação colacionada aos autos e analisada. Falta de justa causa para prosseguimento do feito. Homologação da Promoção de Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001355-0

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: AGEPEN/MS.

Assunto: Apurar os fatos narrados na denúncia nº 863445, protocolo nº 1396185, oriunda do Disque Direitos Humanos, dando conta da suposta negligência sofrida por reeducando que está recolhido na cela do castigo 'RBD' do Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho EPJFC.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR SUPOSTA NEGLIGÊNCIA SOFRIDA POR REEDUCANDO - CELA DISCIPLINAR - ESTABELECIMENTO PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO - DENÚNCIA NÃO CONFIRMADA - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que de todos os fatos declarados pela pessoa denunciante, nenhum deles foi confirmado pela direção da Unidade Penal; 2. Considerando que o Promotor de origem realizou pesquisa no Sistema Penitenciário (SIAPEN) e não encontrou nenhum detento lotado nas celas disciplinares que preenchesse as características constantes da denúncia; 3. Considerando que o membro do Parquet mensalmente realiza inspeção no EPJFC e até a presente data não tomou conhecimento de qualquer fato semelhante ao alegado na denúncia; 4. Considerando que os fatos narrados da denúncia não foram confirmados; 5. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 11 de abril de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 06/CGMP/2018

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que por necessidade de serviço, a data da visita correicional do Corregedor-Geral nas Promotorias de Justiça de Nova Andradina e Ivinhema foi alterada conforme abaixo:

16.4.2018	1ªPJ Ivinhema
16.4.2018	2ªPJ Ivinhema
17.4.2018	1ªPJ Nova Andradina
17.4.2018	2ªPJ Nova Andradina
17.4.2018	3ªPJ Nova Andradina

Campo Grande, 12 de abril de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ESMP-MS**

Processo Administrativo nº 03/2018-ESMP-MS

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representada por sua Diretora-Geral, Jaceguara Dantas da Silva

2 - Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, representada pelo Secretário de Estado de Saúde, Carlos Alberto Moraes Coimbra, e pela Superintendente de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, Gysélle Saddi Tannous.

Objeto:

Promover a cooperação técnica entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, e a Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, de modo a consolidar linhas de pesquisa, publicações e eventos educacionais conjuntos de interesse mútuo.

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017.

Vigência: 10.04.2018 a 10.04.2020.

Data da assinatura: 10 de abril de 2018.

AVISO Nº 082/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA da vaga de estagiário, nos termos do item 8, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila de aprovados.

DIREITO – Campo Grande - Nível Graduação

Turno do Estágio: Vespertino

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ANA PAULA CENTURIÃO	53	Aviso Nº 054/2018
ALAN ALMEIDA SANTOS	84	Aviso Nº 054/2018
BRUNNIELLY PEREIRA DA COSTA	89	Aviso Nº 054/2018
THAYENNE OLIVEIRA DA SILVA	96	Aviso Nº 054/2018
CARLOS HERCULANO DA COSTA FILHO	100	Aviso Nº 054/2018
FERNANDA SILVA TODSQUINI	105	Aviso Nº 063/2018
GIOVANA DE CARVALHO FLORENCIO	106	Aviso Nº 063/2018
HELOISA NONATO DE LIMA	107	Aviso Nº 063/2018

Campo Grande, 12 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

AVISO Nº 083/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, torna sem efeito o Aviso Nº 063/2018 XX Processo de Seleção de Estagiários, de 02.03.2018, na parte que nomeou o candidato aprovado Paulo Henrique Bonifácio de Oliveira, classificado em 104º na lista de classificação geral, tendo em vista haver sido nomeado, por meio do Aviso nº 003/CEAF-2017, de 07.08.2017, para o mesmo cargo, na Lista Especial – Reserva de Vagas/Negros, classificado em 2º lugar.

Campo Grande, 12 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

AVISO Nº 084/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, declara a DECADÊNCIA do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, nos termos do item 10, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados em Avisos de Convocação publicados no DOMP/MS.

DIREITO – Campo Grande - Nível Graduação
Turno do Estágio: Matutino

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ISABELLA CERVEIRA RIBEIRO MARIANI	63	Aviso Nº 054/2018
LAURA GABOARDI MELQUÍADES	66	Aviso Nº 054/2018
BRUNA NATIELLY DUTRA SANTANA	67	Aviso Nº 054/2018
HENRIQUE GALEGO RODRIGUES DE BARROS	69	Aviso Nº 054/2018
MARCUS VINICIUS LOURENÇO FERREIRA	71	Aviso Nº 054/2018

DIREITO – Campo Grande - Nível Graduação
Turno do Estágio: Vespertino

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
LUCAS OLIVEIRA MOTTA	80	Aviso Nº 054/2018
MATEUS MACEDO DA SILVA	81	Aviso Nº 054/2018
BRUNA COTRIN RODRIGUES	83	Aviso Nº 054/2018
MAYKON YOICHI MIYASHIRO	85	Aviso Nº 054/2018
DEORENILSON ANTONY KILL	88	Aviso Nº 054/2018
EVILYN WENDY COSTA PEREIRA	93	Aviso Nº 054/2018
CAIO MOLINA AMBRIZZI	97	Aviso Nº 054/2018
SARAH FIGUEIRÓ DE ARAÚJO	98	Aviso Nº 054/2018
GABRIELA DOS SANTOS BEBBER	102	Aviso Nº 054/2018
LENNON LASMAR GOMES WEISINGER	103	Aviso Nº 063/2018
FELIX ALBERNAZ MIRANDA KEUNECKE	108	Aviso Nº 063/2018
FUAD ALESSANDRO GONÇALVES DA ROCHA	116	Aviso Nº 063/2018
KATHERINE DAMBROS DOMINGUES	118	Aviso Nº 063/2018
LUANA DA SILVA MARTINS	120	Aviso Nº 063/2018
LARISSA ARCE CENTURIÃO MACHADO	121	Aviso Nº 063/2018
THAYLON ÂNGELO RODRIGUES DA SILVA	124	Aviso Nº 063/2018

Campo Grande, 12 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

AVISO Nº 085/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, torna pública a opção de DESISTÊNCIA da vaga de estagiário de graduação em direito da candidata FABIANA FRANCISCA DE FREITAS.

Campo Grande, 12 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 1305/2018-PGJ, DE 12.4.2018.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Tornar pública, conforme o Anexo desta Portaria, a relação das diárias pagas no período de 1º a 31.3.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

DIÁRIAS PAGAS AOS SERVIDORES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NO MÊS DE MARÇO/2018

Amparo legal: Resoluções nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, e nº 003/2011-PGJ, de 21 de março de 2011.

PROCESSO	NOME	CARGO	PERÍODO	TRECHO	TRANSPORTE	MOTIVO	VALOR DA PASSAGEM	Nº DIÁRIAS	VALOR TOTAL DIÁRIAS
352	Helen Rezende de Figueiredo	Professora UFMS	7 e 8.2.2018	Campo Grande / Sidrolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	-	1,5	R\$ 557,48
352	Darlene Gris	Professora UFMS	7 e 8.2.2018	Campo Grande / Sidrolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	-	1,5	R\$ 557,48
352	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar/Motorista	15 e 16.3.2018	Campo Grande / Figueirópolis / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a professora Helen Rezende de Figueiredo para realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	-	1,5	R\$ 445,98
363	Roberta Martins Passos Humberg	Fiscal Ambiental - IMASUL	21 a 23.2.2018	Campo Grande / Ivinhema / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	2,5	R\$ 929,13
363	Luiz Alberto Vilalva	PMA/Fiscal Ambiental - IMASUL	21 a 23.2.2018	Campo Grande / Ivinhema / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	2,5	R\$ 929,13

363	Anderson Fernandes	Auxiliar/Motorista	21 a 23.2.2018	Campo Grande / Ivinhema / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Roberta Martins Passos Humberg e Luiz Alberto Vilalva para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	2,5	R\$ 743,30
363	Anderson Pinheiro Mariano	Auxiliar/Motorista	26 e 27.2.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Marcelle Carmen Garcia Braga e Gustavo Aparecido Lopes Ribeiro para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 445,98
363	Marcelle Carmen Garcia Braga	Fiscal Ambiental/Bióloga - IMASUL	26 e 27.2.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Gustavo Aparecido Lopes Ribeiro	Fiscal Ambiental/Engenheiro Agrônomo - IMASUL	26 e 27.2.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Diego do Carmo Brito	Assistente II/Engenheiro de Produção - IMASUL	29 e 30.1.2018 (complementação)	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 111,50
363	Diego do Carmo Brito	Assistente II/Engenheiro de Produção - IMASUL	15 e 16.2.2018 (complementação)	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 111,50
363	Diego do Carmo Brito	Assistente II/Engenheiro de Produção - IMASUL	1º e 2.3.2018	Campo Grande / Bonito / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Itamar de Souza Borges	PMA/Geógrafo - IMASUL	1º e 2.3.2018	Campo Grande / Bonito / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar/Motorista	1º e 2.3.2018	Campo Grande / Bonito / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Diego do Carmo Brito e Itamar de Souza Borges para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 445,98
363	Diego do Carmo Brito	Assistente II/Engenheiro de Produção - IMASUL	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	4,5	R\$ 1.672,43
363	Roberta Martins Passos Humberg	Fiscal Ambiental - IMASUL	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	4,5	R\$ 1.672,43
363	Milton Estevão Corrêa	Auxiliar/Motorista	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Diego do Carmo Brito e Roberta Martins Passos Humberg para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	4,5	R\$ 1.337,94
363	Rômulo Oliveira Louzada	Fiscal Ambiental/Geógrafo - IMASUL	6 e 7.3.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Ariane Zanirato Contini	PMA/Bióloga - IMASUL	6 e 7.3.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Wagner Antonio Figueroa Turini	Auxiliar/Motorista	6 e 7.3.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Rômulo Oliveira Louzada e Ariane Zanirato Contini para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 445,98
363	Maria Célia Montanholi Martins	Fiscal Ambiental/Engenheira Agrônoma - IMASUL	8 e 9.3.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Danilo Régis da Silva Flores	Gestor de Processos/Engenheiro Civil - IMASUL	8 e 9.3.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48

363	Marco Antonio Martins Pereira	Auxiliar/Motorista	8 e 9.3.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Maria Célia Montanholi Martins e Danilo Régis da Silva Flores para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 445,98
363	Camila Damásio	Gestora de Processos - IMASUL	27 e 28.3.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Solange Tatiana Fátima Sposito	Fiscal Ambiental - IMASUL	27 e 28.3.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 557,48
363	Anderson Fernandes	Auxiliar/Motorista	27 e 28.3.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir as servidoras Camila Damásio e Solange Tatiana Fátima Sposito para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e o IMASUL	-	1,5	R\$ 445,98
468	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	Promotor de Justiça Substituto	15.12.2017	Mundo Novo / Eldorado / Mundo Novo	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 195,94
468	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	Promotor de Justiça Substituto	26 e 27.1.2018	Mundo Novo / Dourados / Mundo Novo	Veículo particular	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	1,5	R\$ 1.058,07
492	Rafael de Souza Mantilha	Técnico II	19 a 23.2.2018	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã / Campo Grande	Veículo oficial	Substituir os materiais permanentes na comarca de Ponta Porã e montar as estações de trabalho dos estagiários de pós-graduação na comarca de Dourados	-	4,5	R\$ 1.337,94
492	Cristiano Lopes Baes	Técnico II	19 a 23.2.2018	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã / Campo Grande	Veículo oficial	Substituir os materiais permanentes na comarca de Ponta Porã e montar as estações de trabalho dos estagiários de pós-graduação na comarca de Dourados	-	4,5	R\$ 1.337,94
494	Renato Boggi Rodrigues	Chefe do Departamento de Engenharia	26 e 27.2.2018	Campo Grande / Coxim / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar visita técnica no prédio das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 557,48
508	Silasneiton Gonçalves	Procurador de Justiça e Ouvidor do Ministério Público	14 a 17.3.2018	Campo Grande / São Luís/MA / Campo Grande	Avião	Participar da XXXVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP)	R\$ 1.050,80	3	R\$ 2.742,39
524	Fabrizio Secafen Mingati	Promotor de Justiça	15.12.2017	Nova Andradina / Batayporã / Nova Andradina	Veículo particular	Participar de audiências, realizar atendimento ao público e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 229,17
542	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	7 e 12.1.2018	Três Lagoas / Brasília/DF / Três Lagoas	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos e realizar atendimento ao público	-	1	R\$ 675,44
543	Gilberto Robalinho da Silva	Procurador de Justiça	5.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar de audiência com o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Felix Fischer	R\$ 768,42	0,5	R\$ 457,07
544	Gilberto Carlos Altheman Júnior	Promotor de Justiça Substituto	6 a 8.2.2018	Sete Quedas / Dourados / Sete Quedas	Veículo particular	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	2,5	R\$ 1.763,45
551	Wilson Canci Junior	Promotor de Justiça	7.2.2018	Bataguassu / Anaurilândia / Bataguassu	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 320,84
552	Paulo Cezar dos Passos	Procurador-Geral de Justiça	18 a 20.2.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho com o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para tratar de assuntos afetos à segurança pública e participar da Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE)	R\$ 1.702,90	1	R\$ 914,13
567	Alexandre Magno Benites de Lacerda	Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do PGJ	18 a 20.2.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Representar o Procurador-Geral de Justiça em exercício na reunião de trabalho com o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para tratar de assuntos afetos à segurança pública e na Reunião Ordinária do CNPGE	R\$ 1.212,47	2,5	R\$ 2.171,08
568	Eduardo de Araujo Portes Guedes	Promotor de Justiça	2.2.2018	Terenos / Dois Irmãos do Buriti / Terenos	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 304,80
569	Silasneiton Gonçalves	Procurador de Justiça e Ouvidor do Ministério Público	19 a 21.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar de Reunião Extraordinária da comissão que elaborará o Plano de Atuação Estratégica das Ouvidorias (CNOMP)	R\$ 866,60	2,5	R\$ 2.285,33
570	Alexandre Lima Raslan	Procurador de Justiça	19 e 20.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar da Ação Nacional do Ministério Público em Defesa dos Recursos Hídricos	R\$ 896,60	1,5	R\$ 1.371,20
585	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	8.2.2018	Jardim / Nioaque / Jardim	Veículo particular	Substituição legal	-	0,5	R\$ 229,17
585	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	7.2.2018	Jardim / Nioaque / Jardim	Veículo particular	Substituição legal	-	0,5	R\$ 229,17
585	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	25.1.2018	Jardim / Nioaque / Jardim	Veículo particular	Substituição legal	-	0,5	R\$ 229,17
585	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	1º.2.2018	Jardim / Nioaque / Jardim	Veículo particular	Substituição legal	-	0,5	R\$ 229,17

585	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	6.2.2018	Jardim / Nioaque / Jardim	Veículo particular	Substituição legal	-	0,5	R\$ 229,17
585	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	30.1.2018	Jardim / Nioaque / Jardim	Veículo particular	Substituição legal	-	0,5	R\$ 229,17
586	Nara Mendes dos Santos Fernandes	Promotora de Justiça	7 e 8.2.2018	Amambai / Iguatemi / Amambai	Veículo oficial	Participar de audiências	-	1	R\$ 458,34
610	Renato Boggi Rodrigues	Chefe do Departamento de Engenharia	15.2.2018	Campo Grande / Ribas do Rio Pardo / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar visita técnica no prédio das Promotorias de Justiça, juntamente com a Promotora de Justiça e Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa	-	0,3	R\$ 111,50
618	Magno Oliveira João	Promotor de Justiça	12.12.2017	Ponta Porã / Dourados / Ponta Porã	Veículo particular	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	0,5	R\$ 366,67
619	Marcos Antonio Martins Sottoriva	Corregedor-Geral do Ministério Público	13 a 19.3.2018	Campo Grande / Maceió/AL / Campo Grande	Avião	Participar da 111ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público	R\$ 1.317,84	2	R\$ 1.828,26
636	Luciano Furtado Loubet	Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental	19 e 20.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar da Ação Nacional do Ministério Público em Defesa dos Recursos Hídricos	R\$ 788,32	1,5	R\$ 1.302,65
647	Bruno Zanatto Macedo	Analista/Engenheiro Eletricista	26.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Dourados, Itaporã e Ponta Porã / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar serviços de adequação de elétrica e lógica para instalação dos novos nobreaks	-	4,5	R\$ 1.672,43
647	Renato Adimilson Cavalheiro	Auxiliar/Motorista	26.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Dourados, Itaporã e Ponta Porã / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Zanatto Macedo para realizar serviços de adequação de elétrica e lógica para instalação dos novos nobreaks, bem como os funcionários terceirizados Carlos Magno Rodrigues Ajala e Pedro Paulo da Silva Ferreira	-	4,5	R\$ 1.337,94
649	Mohamed Santos Ibrahim	Auxiliar/Motorista	26.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Everton Alves Cunha e Claudinei Nunes Andrade para realizar as adequações necessárias no imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
651	Marcos Antônio Nascimento de Azevedo	Analista/Engenheiro Civil	27.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Cassilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a instalação de aparelho de ar-condicionado, construir abrigo para botijão de gás e realizar outras manutenções prediais necessárias	-	3,5	R\$ 1.300,78
651	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar/Motorista	27.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Cassilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Marcos Antônio Nascimento de Azevedo para acompanhar a instalação de aparelho de ar-condicionado, construir abrigo para botijão de gás e realizar outras manutenções prediais; bem como os funcionários terceirizados Adailton José de Araújo, Manoel Alves de Lima e Marcelo Antônio Pinheiro Pereira para realizarem as manutenções necessárias	-	3,5	R\$ 1.040,62
652	Emanuelly Martins Atanasio da Silva	Analista/Arquiteta	26.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar as adequações no imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	4,5	R\$ 1.672,43
652	Carlos Augusto Bispo de Oliveira	Auxiliar/Motorista	26.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Emanuelly Martins Atanasio da Silva para acompanhar as adequações no imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça, bem como os funcionários terceirizados Felipe Mendes da Silva, Manoel do Prado Moraes, Marcos Ferreira Paiva, Mauro Rozeno da Silva, Paulo Marques Dourados e Paulo Roberto Souza Ajala para realizarem as manutenções necessárias	-	4,5	R\$ 1.337,94
654	Emanuelly Martins Atanasio da Silva	Analista/Arquiteta	20 a 23.2.2018	Campo Grande / Ponta Porã e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar serviços de manutenção predial em virtude de infiltrações	-	3,3	R\$ 1.226,45
654	Vladimir Valentim de Souza	Auxiliar/Motorista	20 a 23.2.2018	Campo Grande / Ponta Porã e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Emanuelly Martins Atanasio da Silva para acompanhar os serviços de manutenção predial em virtude de infiltrações, bem como os funcionários terceirizados Adailton José de Araújo, Carlos Magno Rodrigues Ajala e Domingos Santana para realizarem as manutenções necessárias	-	3,3	R\$ 981,16
655	Alyne Chaves Cruz	Analista/Psicóloga	6.2.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
655	Vanusa Weber	Analista/Assistente Social	6.2.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
661	Paulo Jorge Alves Praça	Auxiliar/Motorista	9.2.2018	Dourados / Glória de Dourados / Dourados	Veículo oficial	Conduzir o pesquisador da Embrapa Rômulo Penna Scorza Júnior para realizar atendimento e coletas para pesquisa para instruir inquérito civil	-	0,3	R\$ 89,20
663	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	15.2.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66

663	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	21 a 23.2.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 683,84
666	Sergio Fernando Raimundo Harfouche	Procurador de Justiça	7 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar da I Reunião Ordinária 2018 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)	R\$ 752,60	2,5	R\$ 2.285,33
667	Olavo Monteiro Mascarenhas	Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Estratégico	27 e 28.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar do lançamento do projeto de elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP)	R\$ 705,10	1,5	R\$ 1.371,20
674	Rafael Ademar Lemos de Moura	Analista/Contabilidade	21 a 23.3.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar do Curso Prático de Análise Bancária, Fiscal e Patrimonial	R\$ 868,56	2,3	R\$ 1.196,76
674	Afonso Luiz Taveira	Assistente Militar	21 a 23.3.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar do Curso Prático de Análise Bancária, Fiscal e Patrimonial	R\$ 614,56	2,3	R\$ 957,40
678	Lucas Eduardo de Souza Nossa	Técnico II	14 a 17.3.2018	Campo Grande / São Luís/MA / Campo Grande	Avião	Participar da XXXVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP)	R\$ 1.040,37	3,5	R\$ 1.456,91
679	Jose da Cruz Soares	Assessor Militar	21 e 22.2.2018	Campo Grande / Itaporã e Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 557,48
679	Francisco Ferreira Filho	Assistente Militar	21 e 22.2.2018	Campo Grande / Itaporã e Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 445,98
686	Elias Vitorino Filho	Chefe da Divisão de Transporte	22.2.2018	Campo Grande / Corumbá / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a entrega e o recolhimento de dois veículos oficiais	-	0,5	R\$ 185,83
686	Wagner Antonio Figueroa Turini	Auxiliar/Motorista	22.2.2018	Campo Grande / Corumbá / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar o novo veículo oficial das Promotorias de Justiça, bem como recolher o antigo veículo	-	0,5	R\$ 148,66
686	Anderson Pinheiro Mariano	Auxiliar/Motorista	22.2.2018	Campo Grande / Corumbá / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar o novo veículo oficial das Promotorias de Justiça, bem como recolher o antigo veículo	-	0,5	R\$ 148,66
688	Andréa de Souza Resende	Promotora de Justiça	31.1.2018	Glória de Dourados / Deodápolis / Glória de Dourados	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 217,71
689	Paulo Cezar dos Passos	Procurador-Geral de Justiça	26 a 28.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar de reunião extraordinária do CNPG e de reunião com o Secretário-Geral do MPU e presidente do Conselho Gestor do Programa de Saúde e Assistência Social (Plan-Assiste), Alexandre Camanho, visando obtenção de dados e informações para estudo de plano assemblado para o MPMS	R\$ 782,60	2,5	R\$ 2.285,33
690	Cristiane Mourão Leal Santos	Promotora de Justiça e Coordenadora do GAECO	8 e 9.3.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar da 3ª Reunião Estratégica - Enfrentamento ao Crime Organizado nas Fronteiras da América do Sul - Brasil-Paraguai	R\$ 1.039,94	1,5	R\$ 1.302,65
690	Thalys Franklyn de Souza	Promotor de Justiça	8 e 9.3.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar da 3ª Reunião Estratégica - Enfrentamento ao Crime Organizado nas Fronteiras da América do Sul - Brasil-Paraguai	R\$ 1.039,94	1,5	R\$ 1.302,65
695	Anthony Allison Brandão Santos	Promotor de Justiça Substituto	11 a 14.12.2017	Corumbá / Dois Irmãos do Buriti / Corumbá	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	3,5	R\$ 2.468,83
695	Anthony Allison Brandão Santos	Promotor de Justiça Substituto	22 e 23.1.2018	Corumbá / Dois Irmãos do Buriti / Corumbá	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	1,5	R\$ 1.058,07
695	Anthony Allison Brandão Santos	Promotor de Justiça Substituto	12 a 16.1.2018	Corumbá / Dois Irmãos do Buriti / Corumbá	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	2,5	R\$ 1.763,45
695	Anthony Allison Brandão Santos	Promotor de Justiça Substituto	29 e 30.1.2018	Corumbá / Dois Irmãos do Buriti / Corumbá	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	1,5	R\$ 1.058,07
696	Thalys Franklyn de Souza	Promotor de Justiça	21 e 22.2.2018	Campo Grande / Água Clara e Três Lagoas / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar atividades junto ao GAECO	-	1,5	R\$ 723,69
697	Luciano Furtado Loubet	Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental	22 e 23.2.2018	Campo Grande / Florianópolis/SC / Campo Grande	Avião	Participar do Seminário "Santa Catarina (ainda) é Mata Atlântica"	-	1,5	R\$ 1.302,65
710	Eduardo de Araujo Portes Guedes	Promotor de Justiça	9.2.2018	Terenos / Dois Irmãos do Buriti / Terenos	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 304,80
711	Alexandre Magno Benites de Lacerda	Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do PGJ	26 a 28.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar de reunião extraordinária do CNPG e de reunião com o Secretário-Geral do MPU e presidente do Conselho Gestor do Plan-Assiste visando obtenção de dados e informações para estudo de plano assemblado para o MPMS	R\$ 782,60	2,5	R\$ 2.171,08
712	Jiskia Sandri Trentin	Promotora de Justiça e Assessora Especial da CGMP	22 e 23.2.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar correção ordinária	-	1,5	R\$ 723,69
713	Marcos Antonio Martins Sottoriva	Corregedor-Geral do Ministério Público	21 a 23.2.2018	Campo Grande / Naviraí e Caarapó / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar correção ordinária	-	2,5	R\$ 1.269,63
716	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar/Motorista	22 e 23.2.2018	Campo Grande / Naviraí e Caarapó / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça e Assessora Especial da CGMP Jiskia Sandri Trentin e a servidora Alessandra	-	1,5	R\$ 445,98

						da Costa Cordeiro para realizarem correção ordinária nas Promotorias de Justiça			
716	Alessandra da Costa Cordeiro	Assessora Jurídica	22 e 23.2.2018	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e a Assessora Especial da CGMP Jiskia Sandri Trentin na realização de correções ordinárias	-	1,5	R\$ 445,98
716	Paula da Cunha Bulhões	Assessora Jurídica	21 a 23.2.2018	Campo Grande / Naviraí e Caarapó / Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e a Assessora Especial da CGMP Jiskia Sandri Trentin na realização de correções ordinárias	-	2,5	R\$ 743,30
716	Thais de Oliveira Carvalho	Assessora de Procurador	21 a 23.2.2018	Campo Grande / Naviraí e Caarapó / Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e a Assessora Especial da CGMP Jiskia Sandri Trentin na realização de correções ordinárias	-	2,5	R\$ 929,13
716	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar/Motorista	21 e 23.2.2018	Campo Grande / Naviraí e Caarapó / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva e as servidoras Thais de Oliveira Carvalho e Paula da Cunha Bulhões para realizarem correções ordinárias nas Promotorias de Justiça	-	2,5	R\$ 743,30
747	Felipe de Lima Figueiredo	Assessor Jurídico	11 a 13.1.2018	Corumbá / Dois Irmãos do Buriti / Corumbá	Veículo particular	Acompanhar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos na realização de oitivas	-	2	R\$ 594,64
749	Bento Gonçalves	Policial Militar	20.2.2018	Iguatemi / Sete Quedas / Iguatemi	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
750	Alyne Chaves Cruz	Analista/Psicóloga	21.2.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
750	Vanusa Weber	Analista/Assistente Social	21.2.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
751	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar/Motorista	26.2 e 2.3.2018	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Itaporã, Ponta Porã, Amambai, Sete Quedas, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Ivinhema, Nova Andradina, Batayporã, Anaurilândia, Três Lagoas, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul, Costa Rica e Camapuã / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais de consumo e expediente	-	4,3	R\$ 1.278,48
752	Jollivan Almeida Portela	Assistente Militar	27.2.2018	Campo Grande / Ribas do Rio Pardo / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar	-	0,5	R\$ 148,66
752	Evandro Silva Toledo	Assistente Militar	27.2.2018	Campo Grande / Ribas do Rio Pardo / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar	-	0,5	R\$ 148,66
753	Sydnei Ferreira Ribeiro Junior	Analista/Psicólogo	1º a 3.3.2018	Três Lagoas / Campo Grande / Três Lagoas	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do III Encontro de Trabalho de Psicologia no Ministério Público	R\$ 173,14	1,5	R\$ 557,48
753	Valricia Miranda de Oliveira	Analista/Psicóloga	1º e 2.3.2018	Naviraí / Campo Grande / Naviraí	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do III Encontro de Trabalho de Psicologia no Ministério Público	R\$ 217,11	1,5	R\$ 557,48
753	Suzete dos Santos Bezerra	Analista/Psicóloga	1º a 3.3.2018	Corumbá / Campo Grande / Corumbá	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do III Encontro de Trabalho de Psicologia no Ministério Público	R\$ 236,81	1,5	R\$ 557,48
753	Marcos Roberto Alves de Carvalho	Analista/Psicólogo	1º a 3.3.2018	Dourados / Campo Grande / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do III Encontro de Trabalho de Psicologia no Ministério Público	R\$ 126,62	1,5	R\$ 557,48
753	Kenia Braz Alcantara	Analista/Psicóloga	1º a 3.3.2018	Dourados / Campo Grande / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do III Encontro de Trabalho de Psicologia no Ministério Público	R\$ 126,62	1,5	R\$ 557,48
753	Alyne Chaves Cruz	Analista/Psicóloga	1º e 2.3.2018	Ponta Porã / Campo Grande / Ponta Porã	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do III Encontro de Trabalho de Psicologia no Ministério Público	R\$ 162,22	1,5	R\$ 557,48
767	Pierre Karlos Brito Kitizo	Analista/Informática	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Dourados, Itaporã e Ponta Porã / Campo Grande	Veículo oficial	Substituir os nobreaks das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.672,43
767	Anderson Pinheiro Mariano	Auxiliar/Motorista	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Dourados, Itaporã e	Veículo oficial	Conduzir o servidor Pierre Karlos Brito Kitizo para substituir os nobreaks das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94

				Ponta Porã / Campo Grande					
768	Laura Regina Barbosa Victor Chaparim	Chefe do Departamento de Material e Patrimônio	8 e 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a mudança de prédio da Promotoria de Justiça	-	1,5	R\$ 557,48
768	Cristiano Lopes Baes	Técnico II	5 a 8.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar a montagem de materiais permanentes no novo edifício-sede da Promotoria de Justiça	-	3,5	R\$ 1.040,62
768	Wiliam Fonseca Cavalheiro Alves	Auxiliar/Motorista	5 a 8.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Cristiano Lopes Baes e os funcionários terceirizados Laudson Rodrigo Figueiredo Areco, Felipe Perseguino Cardoso e Wancer Gustavo da Silva Moura para realizarem a montagem de materiais permanentes no novo edifício-sede da Promotoria de Justiça	-	3,5	R\$ 1.040,62
768	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar/Motorista	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Levar e recolher materiais permanentes para o novo edifício-sede da Promotoria de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
768	Jose Claudio Vieira Neto	Auxiliar/Motorista	8 e 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim para acompanhar a mudança de prédio da Promotoria de Justiça	-	1,5	R\$ 445,98
770	Thais Gisele Torres Catalani	Assessora em Ciências da Terra	21 a 25.3.2018	Campo Grande / Curitiba/PR / Campo Grande	Avião	Participar do Seminário "Avaliação Econômica do Dano Ambiental e suas metodologias"	R\$ 611,74	3,5	R\$ 1.456,91
771	Ricardo de Melo Alves	Promotor de Justiça e Assessor Especial do PGJ	20 e 21.2.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Realizar visita técnica à PELCO e ao Palácio Bandeirantes	R\$ 1.448,56	1,5	R\$ 1.302,65
772	Gerardo Eriberto de Moraes	Procurador de Justiça	26 a 28.2.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar de reunião com o Secretário-Geral do MPU e presidente do Conselho Gestor do Plan-Assiste visando obtenção de dados e informações para estudo de plano assemblado para o MPMS	R\$ 782,60	2,5	R\$ 2.285,33
775	Tayse Bielecki Yamanaka	Assessora Jurídica	18.2.2018	Chapadão do Sul / Paraíso das Águas / Chapadão do Sul	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	-	0,3	R\$ 89,20
775	Israel Ribeiro de Souza	Auxiliar/Motorista	18.2.2018	Chapadão do Sul / Paraíso das Águas / Chapadão do Sul	Veículo oficial	Conduzir os servidores Tayse Bielecki Yamanaka e Marcelo Roque Daltro Tosta para cumprir ordem de serviço	-	0,3	R\$ 89,20
775	Marcelo Roque Daltro Tosta	Técnico II	18.2.2018	Chapadão do Sul / Paraíso das Águas / Chapadão do Sul	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	-	0,3	R\$ 89,20
776	Emanuelly Martins Atanasio da Silva	Analista/Arquiteta	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Dar continuidade aos serviços de adequação do novo imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	4,5	R\$ 1.672,43
776	Marcio Fernando Cardoso	Auxiliar/Motorista	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Emanuelly Martins Atanasio da Silva para dar continuidade aos serviços de adequações no imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça, bem como os funcionários terceirizados Rosalino José da Cruz Pires, Manoel do Prado Moraes, Marcos Ferreira Paiva, Mauro Rozeno da Silva, Paulo Marques Dourado e Paulo Roberto Souza Ajala para realizarem as manutenções necessárias	-	4,5	R\$ 1.337,94
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	0,3	R\$ 89,20
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	2,3	R\$ 683,84
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1,3	R\$ 386,52
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	2,3	R\$ 683,84
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1,3	R\$ 386,52
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	3,5	R\$ 1.040,62
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	3,5	R\$ 1.040,62
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	3,5	R\$ 1.040,62
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	3,5	R\$ 1.040,62
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1	R\$ 297,32
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1	R\$ 297,32

777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1	R\$ 297,32
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1	R\$ 297,32
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1	R\$ 297,32
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1	R\$ 297,32
777	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 156, de 5.3.2018, no Processo PGJ/10/0777/2018	-	1	R\$ 371,65
779	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar/Motorista	26 a 28.2.2018	Campo Grande / Brasilândia e Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Levar materiais para execução de manutenções prediais	-	2,5	R\$ 743,30
780	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar/Motorista	27 e 28.2.2018	Campo Grande / São Gabriel do Oeste, Sonora e Rio Negro / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais de consumo e expediente	-	1,3	R\$ 386,52
781	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar/Motorista	27.2 a 1º.3.2018	Campo Grande / Sete Quedas, Iguatemi e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e a servidora Alessandra da Costa Cordeiro para realização de correição ordinária	-	2,5	R\$ 743,30
782	Bruno Dantas Sanchez	Chefe do Setor de Manutenção e Suporte	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Cassilândia, Paranaíba, Inocência e Aparecida do Taboado / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar adequações elétricas para instalação de nobreaks nas Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
782	Anderson Fernandes	Auxiliar/Motorista	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Cassilândia, Paranaíba, Inocência e Aparecida do Taboado / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Dantas Sanchez para acompanhar as adequações elétricas para instalação de nobreaks nas Promotorias de Justiça e os funcionários terceirizados Carlos Magno Rodrigues Ajala e Marcelo Antonio Pinheiro Pereira para realizarem as manutenções necessárias	-	4,5	R\$ 1.337,94
783	Michel Maesano Mancuelho	Promotor de Justiça Substituto	26.1.2018	Camapuã / Bandeirantes / Camapuã	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 274,32
783	Michel Maesano Mancuelho	Promotor de Justiça Substituto	1º.2.2018	Camapuã / Bandeirantes / Camapuã	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 274,32
783	Michel Maesano Mancuelho	Promotor de Justiça Substituto	22.2.2018	Camapuã / Bandeirantes / Camapuã	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 274,32
783	Michel Maesano Mancuelho	Promotor de Justiça Substituto	1º.3.2018	Camapuã / Bandeirantes / Camapuã	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 274,32
784	Anthony Allison Brandão Santos	Promotor de Justiça Substituto	2 a 6.2.2018	Corumbá / Dois Irmãos do Buriti / Corumbá	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	2,5	R\$ 1.763,45
784	Anthony Allison Brandão Santos	Promotor de Justiça Substituto	9 a 15.2.2018	Corumbá / Dois Irmãos do Buriti / Corumbá	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	1	R\$ 705,38
785	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	7.2.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo particular	Manifestar-se em procedimentos judiciais e extrajudiciais e participar de sessão do Tribunal do Júri	-	0,5	R\$ 366,67
785	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	9.2.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 366,67
785	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	19.2.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo particular	Manifestar-se em processos e participar de audiências	-	0,5	R\$ 366,67
785	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	22.2.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 366,67
786	Marcos Antonio Martins Sottoriva	Corregedor-Geral do Ministério Público	27.2 a 1º.3.2018	Campo Grande / Sete Quedas, Iguatemi e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar correição ordinária	-	2,5	R\$ 1.269,63
787	Antonio André David Medeiros	Promotor de Justiça e Coordenador do CI e do DAEX	7 e 8.3.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar da ISC Brasil 2018 - 13ª Feira e Conferência Internacional de Segurança	R\$ 1.114,90	1,5	R\$ 1.302,65
802	Bruno Zanatto Macedo	Analista/Engenheiro Eletricista	6 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado e finalizar os serviços de adequação do imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	3,5	R\$ 1.300,78
802	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar/Motorista	6 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Zanatto Macedo para acompanhar serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado e finalizar os serviços de adequação do imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça; e os funcionários terceirizados Pedro Paulo da Silva Ferreira e Rosalino José da Cruz Pires para realizarem as manutenções necessárias	-	3,5	R\$ 1.040,62

803	Renato Boggi Rodrigues	Chefe do Departamento de Engenharia	8 e 9.3.2018	Campo Grande / Brasília e Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar os serviços de adequação no imóvel locado para abrigar as Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 557,48
803	José Ricardo Barbosa Mendes	Auxiliar/Motorista	8 e 9.3.2018	Campo Grande / Brasília e Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Renato Boggi Rodrigues para acompanhar os serviços de adequação no imóvel locado para abrigar as Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 445,98
805	Reynaldo Hilst Mattar	Promotor de Justiça e Assessor Especial da CGMP	27.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Sete Quedas, Iguatemi e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar correição ordinária	-	3,5	R\$ 1.688,61
808	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	27.2.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 25,26	0,5	R\$ 148,66
808	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	28.2.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 25,26	0,5	R\$ 148,66
808	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	1º.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 25,26	0,5	R\$ 148,66
809	Marcos da Silva Flores	Auxiliar/Motorista	1º.3.2018	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Entregar ofícios, notificações e inquéritos policiais	-	0,3	R\$ 89,20
827	Antenor Ferreira de Rezende Neto	Promotor de Justiça	30.1 e 28.2.2018	Aquidauana / Miranda e Dois Irmãos do Buriti / Aquidauana	Veículo oficial	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	-	1	R\$ 458,34
829	Eduardo de Araujo Portes Guedes	Promotor de Justiça	23.2.2018	Terenos / Dois Irmãos do Buriti / Terenos	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 304,80
830	Waleria Silva Leite	Assessora de Comunicação	7 a 9.3.2018	Campo Grande / Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Bonito, Jardim, Bela Vista, Maracaju, Nioaque e Sidrolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Participar do evento Ciclo de Palestras "Atuação Prática na Região de Fronteira" para realização de matéria jornalística na comarca de Bela Vista, bem como fazer entrevista e fotografar os Promotores de Justiça das demais comarcas	-	2,5	R\$ 929,13
830	Sandra de Campos	Auxiliar/Administrativo	7 a 9.3.2018	Campo Grande / Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Bonito, Jardim, Bela Vista, Maracaju, Nioaque e Sidrolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Participar do evento Ciclo de Palestras "Atuação Prática na Região de Fronteira" para realização de matéria jornalística na comarca de Bela Vista, bem como fazer entrevista e fotografar os Promotores de Justiça das demais comarcas	-	2,5	R\$ 743,30
830	Cynthia Maria Souza da Silveira	Assessora de Comunicação	7 a 9.3.2018	Campo Grande / Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Bonito, Jardim, Bela Vista, Maracaju, Nioaque e Sidrolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Participar do evento Ciclo de Palestras "Atuação Prática na Região de Fronteira" para realização de matéria jornalística na comarca de Bela Vista, bem como fazer entrevista e fotografar os Promotores de Justiça das demais comarcas	-	2,5	R\$ 929,13
830	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar/Motorista	7 a 9.3.2018	Campo Grande / Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Bonito, Jardim, Bela Vista, Maracaju, Nioaque e Sidrolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir as servidoras Waleria Silva Leite, Sandra de Campos e Cynthia Maria Souza da Silveira para participarem do evento Ciclo de Palestras "Atuação Prática na Região de Fronteira" para realização de matéria jornalística na comarca de Bela Vista, bem como fazer entrevista e fotografar os Promotores de Justiça das demais comarcas	-	2,5	R\$ 743,30
831	Vivian Sheilis Bögger Queiroz	Técnico I	2.2.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
831	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar/Motorista	2.2.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
831	Vivian Sheilis Bögger Queiroz	Técnico I	7.2.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,3	R\$ 89,20
834	Bento Gonçalves	Policia Militar	27.2.2018	Iguatemi / Sete Quedas / Iguatemi	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,3	R\$ 89,20
835	Marcos Neves Papi	Auxiliar/Motorista	5 a 7.3.2018	Campo Grande / Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Corumbá, Bonito, Jardim, Bela Vista, Nioaque e Sidrolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais de consumo e expediente	-	2,5	R\$ 743,30
836	Vladimir Valentim de Souza	Auxiliar/Motorista	5 a 9.3.2018	Campo Grande / Coxim e São Gabriel do Oeste / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Adailton José de Araújo, Thiago Yukio Comyama Gibo, Juarez Bernardo da Silva e Nelson Arguelho para realizarem manutenção predial	-	4,3	R\$ 1.278,48
849	Marcelino José Siebert	Auxiliar/Motorista	12 a 16.3.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Juarez Bernardo da Silva, Manoel Alves de Lima e Thiago Yukio Comyama Gibo para realizarem serviços de manutenção	-	4,5	R\$ 1.337,94
851	Joel Cesar Bortolan de Emilio	Auxiliar/Motorista	27.2.2018	Amambai / Coronel Sapucaia / Amambai	Veículo oficial	Entregar notificações e cumprir diligências	-	0,3	R\$ 89,20

851	Joel Cesar Bortolan de Emilio	Auxiliar/Motorista	28.2.2018	Amambai / Dourados / Amambai	Veículo oficial	Levar veículo oficial para manutenção em oficina credenciada	-	0,5	R\$ 148,66
852	Carlos Gonzalez Fernandes	Auxiliar/Motorista	27.2.2018	Bela Vista / Caracol / Bela Vista	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para participar de sessão do Tribunal do Júri	-	0,3	R\$ 89,20
853	Vagner André Parizotto	Auxiliar/Motorista	5.3.2018	Ponta Porã / Antônio João / Ponta Porã	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Magno Oliveira João para realizar atendimento na Carreta da Justiça e entregar notificações	-	0,3	R\$ 89,20
854	Dantiele de Freitas Queiroz	Assessora Técnico em Redes	12 a 16.3.2018	Campo Grande / Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Cassilândia, Paranaíba, Inocência e Aparecida do Taboado / Campo Grande	Veículo oficial	Substituir os nobreaks das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
854	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar/Motorista	12 a 16.3.2018	Campo Grande / Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Cassilândia, Paranaíba, Inocência e Aparecida do Taboado / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Dantiele de Freitas Queiroz para substituir os nobreaks das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
855	Luiz Henrique Garcia Granja	Assessor Técnico em Redes	6 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar mudança dos equipamentos de informática para o prédio locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	3,3	R\$ 981,16
855	Alex Yukio Toma	Técnico I	6 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar mudança dos equipamentos de informática para o prédio locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	3,3	R\$ 981,16
855	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar/Motorista	6 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasilândia / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Luiz Henrique Garcia Granja e Alex Yukio Toma para realizar mudança dos equipamentos de informática para o prédio locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	3,3	R\$ 981,16
856	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar/Motorista	14 e 15.3.2018	Campo Grande / Ponta Porã / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o Procurador de Justiça Gilberto Robalinho da Silva para participar de reunião da Coordenadoria de Recursos Especializados Criminais com os Promotores de Justiça da comarca	-	1,3	R\$ 386,52
857	Luiz Henrique Garcia Granja	Assessor Técnico em Redes	19 a 23.3.2018	Campo Grande / Sidrolândia, Maracaju, Nioaque, Jardim, Bonito, Bela Vista e Porto Murtinho / Campo Grande	Veículo oficial	Substituir os nobreaks das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
857	Marco Antonio Martins Pereira	Auxiliar/Motorista	19 a 23.3.2018	Campo Grande / Sidrolândia, Maracaju, Nioaque, Jardim, Bonito, Bela Vista e Porto Murtinho / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Luiz Henrique Garcia Granja para substituir os nobreaks das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
858	Paula da Cunha Bulhões	Assessora Jurídica	27.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Sete Quedas, Iguatemi e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e o Assessor Especial da CGMP Reynaldo Hilst Mattar na realização de correções ordinárias	-	3	R\$ 891,96
858	Thais de Oliveira Carvalho	Assessora de Procurador	27.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Sete Quedas, Iguatemi e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e o Assessor Especial da CGMP Reynaldo Hilst Mattar na realização de correções ordinárias	-	3	R\$ 1.114,95
858	Alessandra da Costa Cordeiro	Assessora Jurídica	27.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Sete Quedas, Iguatemi e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e o Assessor Especial da CGMP Reynaldo Hilst Mattar na realização de correções ordinárias	-	3	R\$ 891,96
858	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar/Motorista	27.2 a 2.3.2018	Campo Grande / Sete Quedas, Iguatemi e Amambai / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir as servidoras Paula da Cunha Bulhões, Thais de Oliveira Carvalho e Alessandra da Costa Cordeiro para auxiliarem o Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, e o Assessor Especial da CGMP Reynaldo Hilst Mattar na realização de correções ordinárias	-	3	R\$ 891,96
859	Vítor Avila Barsotti	Analista/Geólogo	20 a 23.3.2018	Campo Grande / Aquidauana e Miranda / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas solicitadas nos Ofícios nºs 474/2017/02PJ/MRD, 374/2017/02PJ/MRD, 023/2018/02PJ/MRD e 455/2017/01PJ/AUA	-	3,5	R\$ 1.300,78
859	Poliana Carolina Marquesini	Analista/Engenheira Florestal	20 a 23.3.2018	Campo Grande / Aquidauana e Miranda / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas solicitadas nos Ofícios nºs 474/2017/02PJ/MRD, 374/2017/02PJ/MRD, 023/2018/02PJ/MRD e 455/2017/01PJ/AUA	-	3,5	R\$ 1.300,78
859	Wagner Antonio Figueroa Turini	Auxiliar/Motorista	20 a 23.3.2018	Campo Grande / Aquidauana e Miranda / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Vítor Avila Barsotti e Poliana Carolina Marquesini para realizarem vistorias técnicas solicitadas nos Ofícios nºs 474/2017/02PJ/MRD, 374/2017/02PJ/MRD, 023/2018/02PJ/MRD e 455/2017/01PJ/AUA	-	3,5	R\$ 1.040,62

860	Jaceguara Dantas da Silva	Procuradora de Justiça	21 e 22.3.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar de reunião do Colégio de Diretores de Escolas e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP)	R\$ 711,60	1,5	R\$ 1.371,20
861	Adriano Barrozo da Silva	Promotor de Justiça Substituto	7.2.2018	Sonora / Pedro Gomes / Sonora	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 313,51
861	Adriano Barrozo da Silva	Promotor de Justiça Substituto	21.2.2018	Sonora / Pedro Gomes / Sonora	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 313,51
861	Adriano Barrozo da Silva	Promotor de Justiça Substituto	28.2.2018	Sonora / Pedro Gomes / Sonora	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 313,51
864	Emanuelly Martins Atanasio da Silva	Analista/Arquiteta	12 a 16.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Dar continuidade aos serviços de adequação do imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	4,5	R\$ 1.672,43
864	Carlos Augusto Bispo de Oliveira	Auxiliar/Motorista	12 a 16.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Emanuelly Martins Atanasio da Silva para dar continuidade aos serviços de adequação do imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	4,5	R\$ 1.337,94
866	Elvey Tessaro Andrade	Analista/Engenheiro Eletricista	12 a 15.3.2018	Campo Grande / Siderolândia, Nioaque, Bela Vista e Porto Murtinho / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar adequações para instalação de nobreaks nas comarcas de Nioaque e Porto Murtinho, realizar manutenção de reator e troca de lâmpadas na comarca de Siderolândia e fazer aterramento na comarca de Bela Vista	-	3,5	R\$ 1.300,78
866	Renato Adimilson Cavaleiro	Auxiliar/Motorista	12 a 15.3.2018	Campo Grande / Siderolândia, Nioaque, Bela Vista e Porto Murtinho / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Elvey Tessaro Andrade para realizar adequações para instalação de nobreaks nas comarcas de Nioaque e Porto Murtinho, realizar manutenção de reator e troca de lâmpadas na comarca de Siderolândia e fazer aterramento na comarca de Bela Vista, bem como os funcionários terceirizados Carlos Magno Rodrigues Ajala e Pedro Paulo da Silva Ferreira para realizarem as manutenções necessárias	-	3,5	R\$ 1.040,62
884	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	5, 6, 7, 19, 26 e 28.2.2018	Três Lagoas / Brasília/DF / Três Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências, realizar atendimento ao público e manifestar-se em processos e procedimentos	-	3	R\$ 2.026,32
889	Daniel do Nascimento Britto	Promotor de Justiça	1º.3.2018	Ivinhema / Angélica / Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 229,17
898	Helen Neves Dutra da Silva	Promotora de Justiça	7 a 9.3.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar da 1ª Reunião Ordinária 2018 da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID)	R\$ 723,50	2,5	R\$ 2.171,08
899	Douglas Oldegaro Cavaleiro dos Santos	Promotor de Justiça e Assessor Especial da CGMP	15 a 17.3.2018	Campo Grande / Maceió/AL / Campo Grande	Avião	Participar da 111ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público	R\$ 2.168,64	2	R\$ 1.736,86
900	Alyne Chaves Cruz	Analista/Psicóloga	26.2.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
900	Vanusa Weber	Analista/Assistente Social	26.2.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
901	Marcos da Silva Flores	Auxiliar/Motorista	6.3.2018	Três Lagoas / Garcias / Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir a servidora Lillian Cristina Marques Dias para averiguar condições de saúde, dignidade e moradia de idoso	-	0,3	R\$ 89,20
902	Alyne Chaves Cruz	Analista/Psicóloga	7.3.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
902	Vagner André Parizotto	Auxiliar/Motorista	7.3.2018	Ponta Porã / Amambai / Ponta Porã	Veículo oficial	Conduzir a servidora Alyne Chaves Cruz para realizar atendimento nas Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
903	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	5.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
903	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	7.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
903	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	8.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
904	José Tadeu Pereira da Anunciação Silva	Assessor de Inteligência	7 e 8.3.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar da ISC Brasil 2018 - 13ª Feira e Conferência Internacional de Segurança	R\$ 1.114,90	1,3	R\$ 676,43
904	Caio Marques de Oliveira Robaldo	Assessor de Inteligência	7 e 8.3.2018	Campo Grande / São Paulo/SP / Campo Grande	Avião	Participar da ISC Brasil 2018 - 13ª Feira e Conferência Internacional de Segurança	R\$ 1.114,90	1,3	R\$ 676,43
905	Marcos da Silva Flores	Auxiliar/Motorista	8.3.2018	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias aos Abrigos Menino Jesus, Senhora Neide e Caminho de Emaús	-	0,3	R\$ 89,20
906	Bruno Zanatto Macedo	Analista/Engenheiro Eletricista	13 a 16.3.2018	Campo Grande / Siderolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Dar continuidade aos serviços de adequação do imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	3,5	R\$ 1.300,78
906	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar/Motorista	13 a 16.3.2018	Campo Grande / Siderolândia / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Zanatto Macedo para dar continuidade aos serviços de adequação do imóvel locado para abrigar a Promotoria de Justiça, bem como os funcionários	-	3,5	R\$ 1.040,62

						terceirizados Adailton José de Araújo e Rosalino José da Cruz Pires para realizarem as manutenções necessárias			
907	Thiago de Souza da Silva	Analista/Engenheiro Civil	19 e 20.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica solicitada no Ofício nº 820/2017/16PJ/DOS	-	1,5	R\$ 557,48
907	Geisa Jacob Gomes de Almeida	Analista/Engenheiro Civil	19 e 20.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica solicitada no Ofício nº 820/2017/16PJ/DOS	-	1,5	R\$ 557,48
907	Jose Claudio Vieira Neto	Auxiliar/Motorista	19 e 20.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Thiago de Souza da Silva e Geisa Jacob Gomes de Almeida para realizarem vistoria técnica solicitada no Ofício nº 820/2017/16PJ/DOS	-	1,5	R\$ 445,98
920	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 191, de 15.3.2018, no Processo PGJ/10/0920/2018	-	0,5	R\$ 185,83
920	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 191, de 15.3.2018, no Processo PGJ/10/0920/2018	-	0,5	R\$ 148,66
921	Dantiele de Freitas Queiroz	Assessora Técnico em Redes	7 e 8.3.2018	Campo Grande / Pedro Gomes / Campo Grande	Veículo oficial	Verificar problemas na infraestrutura do cabeamento do link de dados	-	1,3	R\$ 386,52
921	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar/Motorista	7 e 8.3.2018	Campo Grande / Pedro Gomes / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Dantiele de Freitas Queiroz para verificar problemas na infraestrutura do cabeamento do link de dados	-	1,3	R\$ 386,52
922	Walmir Lugão Marques Porto	Assistente Militar	9 a 13.3.2018	Campo Grande / Bela Vista / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior	-	4,5	R\$ 1.337,94
922	Valdemir Correa Caxias	Assistente Militar	9 a 13.3.2018	Campo Grande / Bela Vista / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior	-	4,5	R\$ 1.337,94
923	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar/Motorista	13.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Levar materiais para execução de serviço de adequação do prédio locado para abrigar a Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
924	Ricardo de Melo Alves	Promotor de Justiça e Assessor Especial do PGJ	12 a 14.3.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Representar o Procurador-Geral de Justiça na reunião do CNPG e na posse da diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)	R\$ 1.207,60	2,5	R\$ 2.171,08
926	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar/Motorista	19 a 23.3.2018	Campo Grande / Mundo Novo / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Adailton José de Araújo e Juarez Bernardo da Silva para realizar manutenção predial	-	4,5	R\$ 1.337,94
928	Vagner André Parizotto	Auxiliar/Motorista	1º e 2.3.2018	Ponta Porã / Campo Grande / Ponta Porã	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para participar de palestra sobre Regulação Fundiária	-	1,5	R\$ 445,98
932	Israel Ribeiro de Souza	Auxiliar/Motorista	1º e 2.3.2018	Chapadão do Sul / Campo Grande / Chapadão do Sul	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para participar do evento "Regularização Fundiária Urbana - Implementação da Lei nº 13.465/2017" e levar o veículo oficial para revisão	-	1	R\$ 297,32
940	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 193, de 19.3.2018, no Processo PGJ/10/0940/2018	-	1,3	R\$ 386,52
940	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 193, de 19.3.2018, no Processo PGJ/10/0940/2018	-	1,3	R\$ 386,52
941	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar/Motorista	9.3.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
941	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar/Motorista	2.3.2018	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
942	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnico I	16.3.2018	Campo Grande / Bandeirantes / Campo Grande	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 33,68	0,5	R\$ 148,66
942	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnico I	21.3.2018	Campo Grande / Bandeirantes / Campo Grande	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 33,68	0,5	R\$ 148,66
943	Bruno Dantas Sanchez	Chefe do Setor de Manutenção e Suporte	15 e 16.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar serviço de instalação da barreira de proteção	-	1,5	R\$ 445,98
943	José Ricardo Barbosa Mendes	Auxiliar/Motorista	15 e 16.3.2018	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Dantas Sanchez para acompanhar serviço de instalação da barreira de proteção	-	1,5	R\$ 445,98
945	Christiane de Oliveira Landgraf Pinto	Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas	21 e 22.3.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar da 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho de Cerimonial e Protocolo do Ministério Público dos Estados e da União (CTCEMP)	R\$ 690,00	1	R\$ 594,65
945	Rosimara Bandeira Vasques de Almeida	Chefe do Departamento de Auditoria Interna	21 e 22.3.2018	Campo Grande / Brasília/DF / Campo Grande	Avião	Participar da 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho de Cerimonial e Protocolo do Ministério Público dos Estados e da União (CTCEMP)	R\$ 690,00	1	R\$ 594,65
959	Joel Cesar Bortolan de Emilio	Auxiliar/Motorista	9.3.2018	Amambai / Bela Vista / Amambai	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Sant'Anna Pinheiro para ministrar palestra no 2º Ciclo de Palestras, bem como o policial Geraldo	-	0,5	R\$ 148,66

						Pereira da Silva para realizar a segurança do membro			
959	Geraldo Pereira da Silva	Policial Militar	9.3.2018	Amambai / Bela Vista / Amambai	Veículo oficial	Realizar a segurança do Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	-	0,5	R\$ 148,66
975	Vagner André Parizotto	Auxiliar/Motorista	15.3.2018	Ponta Porã / Aral Moreira / Ponta Porã	Veículo oficial	Entregar ofícios, notificações e inquéritos policiais	-	0,3	R\$ 89,20
977	Alyne Chaves Cruz	Analista/Psicóloga	6.3.2018	Ponta Porã / Aral Moreira / Ponta Porã	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	-	0,3	R\$ 111,50
977	Vagner André Parizotto	Auxiliar/Motorista	6.3.2018	Ponta Porã / Aral Moreira / Ponta Porã	Veículo oficial	Conduzir a servidora Alyne Chaves Cruz para cumprir ordem de serviço	-	0,3	R\$ 89,20
978	Marcos da Silva Flores	Auxiliar/Motorista	15.3.2018	Três Lagoas / Garcias / Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir a servidora Lillian Cristina Marques Dias para cumprir ordem de serviço	-	0,3	R\$ 89,20
979	Wesley de Souza Leandro	Policial Militar	9 a 17.3.2018	Campo Grande / Água Clara / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas	-	8,5	R\$ 2.527,22
979	Leandro Alexandre da Cruz	Policial Militar	9 a 17.3.2018	Campo Grande / Água Clara / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas	-	8,5	R\$ 2.527,22
981	Jose da Cruz Soares	Assessor Militar	16.3.2018	Campo Grande / Maracaju / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 185,83
981	Francisco Ferreira Filho	Assistente Militar	16.3.2018	Campo Grande / Maracaju / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
985	Bruno Angelo Castelete	Assessor Jurídico	14.3.2018	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Auxiliar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza na oitiva de pessoas para instrução de inquérito civil e de procedimentos preparatórios, bem como realizar atendimento à população em relação às matérias afetas à Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
985	Marcos da Silva Flores	Auxiliar/Motorista	14.3.2018	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza e o servidor Bruno Angelo Castelete para realizarem oitiva de pessoas para instrução de inquérito civil e de procedimentos preparatórios, bem como realizarem atendimento à população em relação	-	0,5	R\$ 148,66
986	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	13.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
986	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	15.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
986	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	16.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
1016	Marcos Neves Papi	Auxiliar/Motorista	16.3.2018	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande	Veículo oficial	Buscar ferramentas e sobras de materiais de construção usados na manutenção do prédio	-	0,5	R\$ 148,66
1018	Jean Hebert Moraes	Auxiliar/Motorista	2.3.2018	Nova Andradina / Campo Grande / Nova Andradina	Veículo oficial	Conduzir os Promotores de Justiça Alexandre Rosa Luz e Maurício Macelis Cabral para participarem do Curso da Lei de Regularização Fundiária	-	0,5	R\$ 148,66
1018	Jean Hebert Moraes	Auxiliar/Motorista	9.3.2018	Nova Andradina / Campo Grande / Nova Andradina	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz para participar de reunião na 31ª Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
1023	Jean Hebert Moraes	Auxiliar/Motorista	13.3.2018	Nova Andradina / Assentamento Teijin - Distrito de Nova Casa Verde / Nova Andradina	Veículo oficial	Entregar ofícios e notificações	-	0,5	R\$ 148,66
1023	Edson da Fonseca Simões	Policial Militar	13.3.2018	Nova Andradina / Assentamento Teijin - Distrito de Nova Casa Verde / Nova Andradina	Veículo oficial	Entregar ofícios e notificações	-	0,5	R\$ 148,66
1024	Uendel Roger Galvão Monteiro	Técnico II	20.3.2018	Bataguassu / Campo Grande / Bataguassu	Veículo oficial	Trazer veículo oficial para manutenção e bucar material permanente	-	0,5	R\$ 148,66
1027	Walmir Lugão Marques Porto	Assistente Militar	15 a 20.3.2018	Campo Grande / Três Lagoas / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança à Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias	-	5,5	R\$ 1.635,26
1027	Valdemir Correa Caxias	Assistente Militar	15 a 20.3.2018	Campo Grande / Três Lagoas / Campo Grande	Veículo oficial	Prestar serviços de segurança à Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias	-	5,5	R\$ 1.635,26
1029	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar/Motorista	19 e 20.3.2018	Campo Grande / Angélica / Campo Grande	Veículo oficial	Levar materiais de construção para a reforma do prédio locado para abrigar a Promotoria de Justiça e recolher os materiais do prédio atualmente utilizado pela PJ	-	1,3	R\$ 386,52
1052	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	19.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
1052	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	21.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66

					passagem rodoviária				
1052	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	22.3.2018	Dourados / Caarapó / Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 29,60	0,5	R\$ 148,66
1053	Bento Gonçalves	Policia Militar	14.3.2018	Iguatemi / Sete Quedas / Iguatemi	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 148,66
1056	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnico I	28.3.2018	Campo Grande / Bandeirantes / Campo Grande	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 33,68	0,5	R\$ 148,66
882/2017	Shaline Sefora Lopes Fernandes	Professora UEMS	18 e 19.8.2017	Dourados / Miranda / Dourados	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UEMS	-	1,5	R\$ 557,48
882/2017	Andre Luiz Nunes	Professor UEMS	4.8.2017	Campo Grande / Ribas do Rio Pardo / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UEMS	-	0,5	R\$ 185,83
TOTAIS							R\$ 30.154,10		R\$ 200.679,88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0665/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional, Olavo Monteiro Mascarenhas.

2- CAMPOS EVENTOS E COMÉRCIO EIRELI, representada por Caroline Ferro Pessoa.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 7/PGJ/2018.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Fornecimento de alimentação (lanches diversos e bebidas), visando atender às necessidades do Contratante Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado total: R\$51.252,48, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE001611 de 09.04.2018.

Vigência: 11.04.2018 a 11.04.2019.

Data de assinatura: 11.04.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 111/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/1002/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado por seu Procurador-Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes. 2- F. R. DA CRUZ, representada por Fátima Regina da Cruz.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: fornecimento de água mineral (galão 20L), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi – MS.

Valor estimado mensal: R\$ 168,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE001250 de 22.03.2018.

Vigência: 26.03.2018 a 31.12.2018

Data de assinatura: 26 de março de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 110/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/1001/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- F. R. DA CRUZ, representada por Fátima Regina da Cruz.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: fornecimento de gás engarrafado (botijão 13 Kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi – MS.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE001249 de 22.03.2018.

Vigência: 26.03.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 26 de março de 2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000024 DE 09.04.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1009/2017.

Credor: BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Aquisição de licença perpétua do Microsoft SQL Server Enterprise para 2 Cores com Software Assurance pelo período de 36 meses (item 5).

Valor: R\$125.069,56 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000024, de 09.04.2018.

Licitação: Adesão à Ata Registro de Preços BRB-2017/010 do Pregão Eletrônico nº 015/2017 do Banco de Brasília - BRB.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA N.º 07/2017

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Científica n.º 07/2017, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça em exercício, Humberto de Matos Brittes, e o INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Diretor-Presidente Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira, com interveniência da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIOAMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, representada por seu Secretário Jaime Elias Verruck.

Processo: PGJ/10/3021/2017.

Objeto: Retificação de cláusulas do Convênio de Cooperação Técnica e Científica.

Vigência: 21/03/2018 a 15/09/2019.

Data da Assinatura: 21/03/2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

EDITAL N. 0003/2018/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00001338-7

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): A apurar.

Assunto: Acompanhar visitas técnicas nas entidades de acolhimento da Comarca de Dourados/MS.

Dourados/MS, 10 de abril de 2018.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

EDITAL N. 07/2018/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00000861-8, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00000861-8.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Município de Camapuã - MS

Assunto: Apurar a omissão do município de Camapuã em adotar providências necessárias para o planejamento e manejo da arborização urbana.

Camapuã - MS, 11 de abril de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 001/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2018.00002978-6, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00002978-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Alan Consoli.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido Allan Consoli.

Costa Rica/MS, 11 de abril de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

JARDIM

RECOMENDAÇÃO

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003007-1

Acompanha a aplicação de políticas públicas pelo Município de Jardim visando a prevenção do uso de drogas por adolescentes.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por sua representante que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que lhe confere a função institucional de “zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes” podendo, para tanto, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente (art. 201, § 5º, alínea “c”, do mesmo Diploma legal), e

CONSIDERANDO que na forma do art. 227, caput, da Constituição Federal, é dever do Estado (lato sensu), por intermédio dos mais diversos setores da administração, destinar a crianças e adolescentes absoluta prioridade de atendimento, de modo a proporcionar-lhes o efetivo e integral exercício de seus direitos fundamentais, dentre os quais se inclui o direito à saúde;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de maneira expressa, em seu art. 4º e par. único, que a garantia de prioridade absoluta compreende, dentre outras, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que abrange as ações, serviços públicos e programas de saúde, que devem ser implementados de acordo com as necessidades específicas da população infanto-juvenil local, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomadas com base em informações fornecidas, dentre outros, pelo Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 227, § 3º, inciso VII, da Constituição Federal dispõe de maneira expressa que “o direito à proteção especial” que toda criança ou adolescente possui compreende, dentre outras, na implementação de “programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins” e que o art. 101, inciso VI, da Lei nº 8.069/90 relaciona como medida de proteção aplicável a crianças e adolescentes em situação de risco a “inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos”, o que pode ocorrer tanto em regime ambulatorial quanto hospitalar (cf. art. 101, inciso V, do mesmo Diploma);

CONSIDERANDO que, para o efetivo cumprimento do comando jurídico-constitucional relativo ao atendimento de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes com a mais absoluta prioridade, se faz necessária a adequação dos serviços públicos, bem como a previsão, no orçamento dos órgãos encarregados da execução das políticas públicas, dos recursos necessários ao atendimento de tais demandas com o máximo de urgência e profissionalismo (cf. arts. 4º, caput e par. único, alínea “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 5º, da Lei nº 8.069/90 prevê punição para qualquer atentado, por ação ou omissão aos direitos fundamentais assegurados a crianças e adolescentes pela lei e pela Constituição Federal, o que compreende, por força do disposto no art.208, inciso VII, do mesmo Diploma Legal, a responsabilidade pelo não oferecimento ou a oferta irregular de ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO a premente necessidade da elaboração e implementação, por parte do órgão público encarregado do setor de saúde do município, de políticas públicas específicas, destinadas ao atendimento, em caráter prioritário, de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes e suas respectivas famílias, de modo a permitir a aplicação, por parte do Conselho Tutelar e/ou da autoridade judiciária, das medidas de proteção previstas nos arts. 101 e 129, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é autoridade pública investida, por lei, de poder de requisição (cf. art. 136, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.069/90), e o descumprimento de suas determinações importa, em tese, na prática da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, conforme arts. 127 e 129, inciso II, alínea “m”, da Constituição Federal e arts. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO, por fim, a imprescindibilidade da garantia do estrito cumprimento de todas as regras e princípios que regem a administração pública e a destinação e aplicação de recursos públicos, dentre os quais se incluem os princípios da legalidade e do respeito às instituições.

RECOMENDA:

1 - Que a Prefeitura Municipal de Jardim, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde de Jardim providencie, com o máximo urgência, a adequação dos serviços municipais de saúde ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente e demais regras, princípios e diretrizes previstas na Lei nº 8.069/90, em observância ao disposto nos arts. 4º, caput e par. único, alíneas “b”, “c” e “d”, c/c art.259, par. único, do citado Diploma Legal e art. 227, caput, da Constituição Federal;

2 - Que dentre outras adaptações a serem efetuadas, seja providenciado o remanejamento e/ou a lotação, em setor próprio, de um ou mais profissionais da área da psicologia para fins de atendimento, em caráter prioritário, de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes, bem como seus pais ou responsável, encaminhados pelo Conselho Tutelar ou pela autoridade judiciária, para realização de avaliação e/ou tratamento psicológico;

3 - Que, paralelamente, seja providenciada a articulação entre os serviços de saúde a cargo dessa r. Secretaria e as Redes Municipal e Estadual de Ensino, bem como o Conselho Tutelar e a autoridade policial local, de modo a proporcionar:

a) o atendimento, também em caráter preferencial, das crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes ou que apresentem outros problemas de saúde encaminhados para avaliação e atendimento médico diretamente pelas escolas;

b) a realização de ações integradas, destinadas à avaliação e tratamento médico e psicológico de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes, assim como vítimas de violência, com ênfase para os casos de violência sexual;

c) o desenvolvimento de programas e estratégias destinadas a enfrentar e prevenir o uso de substâncias psicoativas (inclusive as chamadas “drogas lícitas”, como o cigarro e o álcool) e outras demandas próprias do setor de saúde, como a gravidez na adolescência, o contágio por doenças sexualmente transmissíveis etc.;

4 - Que os serviços médicos em geral, fornecidos pelo município à população, também se organizem de modo a prestar atendimento prioritário a crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes ou que apresentem outros problemas de saúde, evitando assim que estes permaneçam em filas juntamente com adultos e/ou aguardem por longos períodos até serem submetidas à avaliação e/ou tratamento ao qual têm direito;

5 - Que, sejam investidos recursos municipais, a fim de respeitar o supramencionado princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, através do aporte privilegiado de recursos públicos para o atendimento de demandas específicas relacionadas à população infantojuvenil, através de políticas públicas específicas, dentre as quais destacamos:

a) Prevenção ao uso de drogas e bebidas, contemplando dentre outras ações a realização de campanhas de esclarecimento e orientação inclusive junto a rede de ensino e comunidade escolar local, de modo a atingir não só as crianças e adolescente, mas principalmente aos professores e pais (art. 101, incisos II e VI c/c art. 129, incisos II e IV, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, §3º, inciso VII da Constituição Federal);

b) Tratamento especializado de crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas, inclusive cigarro e álcool, tanto em nível ambulatorial (que deverá ser sempre preferencial, dadas as disposições da Lei nº 10.216/02), quanto hospitalar, quando necessário, mediante recomendação médica (art. 101, incisos II e VI c/c art. 129, incisos II e IV, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, §3º, inciso VII da Constituição Federal), com a implementação de Centros de Atendimento Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPs/I) e o cadastramento de comunidades terapêuticas e outras entidades públicas e privadas capazes de receber adolescentes usuários de substâncias psicoativas que necessitem de internação terapêutica;

c) Tratamento especializado para os pais ou responsável por crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas ou portadores de distúrbios de ordem psíquica (cf. arts. 19 e 129, incisos II e III, da Lei nº 8.069/90);

d) Suplementação alimentar à gestante, à nutriz e à criança, com o objetivo de combater e erradicar a desnutrição infantil (art. 8º, §3º, da Lei nº 8.069/90 e art. 227, §1º e inciso I da Constituição Federal);

e) Apoio e orientação psicológica às vítimas infantojuvenis de negligência, violência, abuso e exploração sexual, bem como exploração no trabalho (art. 87, inciso III c/c arts. 90, incisos I e II e 101, incisos II, IV e V, todos da Lei nº 8.069/90).

6 - Que, em respeito ao mesmo princípio jurídico-constitucional, seja garantida prioridade absoluta às ações, serviços e programas de atendimento destinados a crianças, adolescentes e suas famílias quando da execução orçamentária, tanto no presente exercício como nos anos subsequentes (art. 4º, caput e par. único, alínea “c” c/c art. 227, caput, da Constituição Federal).

O Ministério Público aproveita o ensejo para alertar que o não cumprimento das requisições de serviço efetuadas junto a essa r. Secretaria, pelo Conselho Tutelar caracteriza, em tese, a infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069/90, sem prejuízo da aplicação de outras sanções e/ou da tomada das providências que se fizerem necessárias à garantia do atendimento e eventual apuração da responsabilidade decorrente do não oferecimento ou oferta irregular do serviço, ex vi do disposto nos arts. 5º, 208, caput e par. único, inciso VII, 212, 213 e 216, todos da Lei nº 8.069/90, bem como art. 11 e outras disposições da Lei nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa.

Adverte ainda que, se necessário, tomará as medidas judiciais cabíveis para assegurar o fiel cumprimento da presente Recomendação e a adequação dos serviços de saúde do município às necessidades específicas da população infantojuvenil local e ao aludido princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo da apuração da responsabilidade do(s) agente(s) público(s) respectivos, nos moldes do acima exposto.

Concedo ao destinatário da presente Recomendação o prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, para apresentar resposta escrita quanto ao acatamento ou não desta Recomendação.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópia da presente recomendação à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP.

Encaminhe-se cópia da presente recomendação, para conhecimento, para o Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas-COMAD, e para o Poder Legislativo.

Jardim/MS, 10 de abril de 2018.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003009-3

Acompanha a aplicação de políticas públicas pelo Município de Guia Lopes da Laguna/MS visando a prevenção do uso de drogas por adolescentes.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por sua representante que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que lhe confere a função institucional de “zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes” podendo, para tanto, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente (art. 201, § 5º, alínea “c”, do mesmo Diploma legal), e

CONSIDERANDO que na forma do art. 227, caput, da Constituição Federal, é dever do Estado (lato sensu), por intermédio dos mais diversos setores da administração, destinar a crianças e adolescentes absoluta prioridade de atendimento, de modo a proporcionar-lhes o efetivo e integral exercício de seus direitos fundamentais, dentre os quais se inclui o direito à saúde;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de maneira expressa, em seu art. 4º e par. único, que a garantia de prioridade absoluta compreende, dentre outras, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que abrange as ações, serviços públicos e programas de saúde, que devem ser implementados de acordo com as necessidades específicas da população infanto-juvenil local, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomadas com base em informações fornecidas, dentre outros, pelo Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 227, § 3º, inciso VII, da Constituição Federal dispõe de maneira expressa que “o direito à proteção especial” que toda criança ou adolescente possui compreende, dentre outras, na implementação de “programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins” e que o art. 101, inciso VI, da Lei nº 8.069/90 relaciona como medida de proteção aplicável a crianças e adolescentes em situação de risco a “inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos”, o que pode ocorrer tanto em regime ambulatorial quanto hospitalar (cf. art. 101, inciso V, do mesmo Diploma);

CONSIDERANDO que, para o efetivo cumprimento do comando jurídico-constitucional relativo ao atendimento de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes com a mais absoluta prioridade, se faz necessária a adequação dos serviços públicos, bem como a previsão, no orçamento dos órgãos encarregados da execução das políticas públicas, dos recursos necessários ao atendimento de tais demandas com o máximo de urgência e profissionalismo (cf. arts. 4º, caput e par. único, alínea “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 5º, da Lei nº 8.069/90 prevê punição para qualquer atentado, por ação ou omissão aos direitos fundamentais assegurados a crianças e adolescentes pela lei e pela Constituição Federal, o que compreende, por força do disposto no art.208, inciso VII, do mesmo Diploma Legal, a responsabilidade pelo não oferecimento ou a oferta irregular de ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO a premente necessidade da elaboração e implementação, por parte do órgão público encarregado do setor de saúde do município, de políticas públicas específicas, destinadas ao atendimento, em caráter prioritário, de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes e suas respectivas famílias, de modo a permitir a aplicação, por parte do Conselho Tutelar e/ou da autoridade judiciária, das medidas de proteção previstas nos arts. 101 e 129, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é autoridade pública investida, por lei, de poder de requisição (cf. art. 136, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.069/90), e o descumprimento de suas determinações importa, em tese, na prática da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, conforme arts. 127 e 129, inciso II, alínea “m”, da Constituição Federal e arts. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO, por fim, a imprescindibilidade da garantia do estrito cumprimento de todas as regras e princípios que regem a administração pública e a destinação e aplicação de recursos públicos, dentre os quais se incluem os princípios da legalidade e do respeito às instituições.

RECOMENDA:

1 - Que a Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS providencie, com o máximo urgência, a adequação dos serviços municipais de saúde ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente e demais regras, princípios e diretrizes previstas na Lei nº 8.069/90, em observância ao disposto nos arts. 4º, caput e par. único, alíneas “b”, “c” e “d”, c/c art.259, par. único, do citado Diploma Legal e art. 227, caput, da Constituição Federal;

2 - Que dentre outras adaptações a serem efetuadas, seja providenciado o remanejamento e/ou a lotação, em setor próprio, de um ou mais profissionais da área da psicologia para fins de atendimento, em caráter prioritário, de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes, bem como seus pais ou responsável, encaminhados pelo Conselho Tutelar ou pela autoridade judiciária, para realização de avaliação e/ou tratamento psicológico;

3 - Que, paralelamente, seja providenciada a articulação entre os serviços de saúde a cargo dessa r. Secretaria e as Redes Municipal e Estadual de Ensino, bem como o Conselho Tutelar e a autoridade policial local, de modo a proporcionar:

a) o atendimento, também em caráter preferencial, das crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes ou que apresentem outros problemas de saúde encaminhados para avaliação e atendimento médico diretamente pelas escolas;

b) a realização de ações integradas, destinadas à avaliação e tratamento médico e psicológico de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes, assim como vítimas de violência, com ênfase para os casos de violência sexual;

c) o desenvolvimento de programas e estratégias destinadas a enfrentar e prevenir o uso de substâncias psicoativas (inclusive as chamadas “drogas lícitas”, como o cigarro e o álcool) e outras demandas próprias do setor de saúde, como a gravidez na adolescência, o contágio por doenças sexualmente transmissíveis etc.;

4 - Que os serviços médicos em geral, fornecidos pelo município à população, também se organizem de modo a prestar atendimento prioritário a crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes ou que apresentem outros problemas de saúde, evitando assim que estes permaneçam em filas juntamente com adultos e/ou aguardem por longos períodos até serem submetidas à avaliação e/ou tratamento ao qual têm direito;

5 - Que, sejam investidos recursos municipais, a fim de respeitar o supramencionado princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, através do aporte privilegiado de recursos públicos para o atendimento de demandas específicas relacionadas à população infantojuvenil, através de políticas públicas específicas, dentre as quais destacamos:

a) Prevenção ao uso de drogas e bebidas, contemplando dentre outras ações a realização de campanhas de esclarecimento e orientação inclusive junto a rede de ensino e comunidade escolar local, de modo a atingir não só as

crianças e adolescente, mas principalmente aos professores e pais (art. 101, incisos II e VI c/c art. 129, incisos II e IV, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, §3º, inciso VII da Constituição Federal);

b) Tratamento especializado de crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas, inclusive cigarro e álcool, tanto em nível ambulatorial (que deverá ser sempre preferencial, dadas as disposições da Lei nº 10.216/02), quanto hospitalar, quando necessário, mediante recomendação médica (art. 101, incisos II e VI c/c art. 129, incisos II e IV, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, §3º, inciso VII da Constituição Federal), com a implementação de Centros de Atendimento Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPs/I) e o cadastramento de comunidades terapêuticas e outras entidades públicas e privadas capazes de receber adolescentes usuários de substâncias psicoativas que necessitem de internação terapêutica;

c) Tratamento especializado para os pais ou responsável por crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas ou portadores de distúrbios de ordem psíquica (cf. arts. 19 e 129, incisos II e III, da Lei nº 8.069/90);

d) Suplementação alimentar à gestante, à nutriz e à criança, com o objetivo de combater e erradicar a desnutrição infantil (art. 8º, §3º, da Lei nº 8.069/90 e art. 227, §1º e inciso I da Constituição Federal);

e) Apoio e orientação psicológica às vítimas infantojuvenis de negligência, violência, abuso e exploração sexual, bem como exploração no trabalho (art. 87, inciso III c/c arts. 90, incisos I e II e 101, incisos II, IV e V, todos da Lei nº 8.069/90).

6 - Que, em respeito ao mesmo princípio jurídico-constitucional, seja garantida prioridade absoluta às ações, serviços e programas de atendimento destinados a crianças, adolescentes e suas famílias quando da execução orçamentária, tanto no presente exercício como nos anos subsequentes (art. 4º, caput e par. único, alínea “c” c/c art. 227, caput, da Constituição Federal).

O Ministério Público aproveita o ensejo para alertar que o não cumprimento das requisições de serviço efetuadas junto a essa r. Secretaria, pelo Conselho Tutelar caracteriza, em tese, a infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069/90, sem prejuízo da aplicação de outras sanções e/ou da tomada das providências que se fizerem necessárias à garantia do atendimento e eventual apuração da responsabilidade decorrente do não oferecimento ou oferta irregular do serviço, ex vi do disposto nos arts. 5º, 208, caput e par. único, inciso VII, 212, 213 e 216, todos da Lei nº 8.069/90, bem como art. 11 e outras disposições da Lei nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa.

Adverte ainda que, se necessário, tomará as medidas judiciais cabíveis para assegurar o fiel cumprimento da presente Recomendação e a adequação dos serviços de saúde do município às necessidades específicas da população infantojuvenil local e ao aludido princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo da apuração da responsabilidade do(s) agente(s) público(s) respectivos, nos moldes do acima exposto.

Concedo ao destinatário da presente Recomendação o prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, para apresentar resposta escrita quanto ao acatamento ou não desta Recomendação.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópia da presente recomendação à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP.

Encaminhe-se cópia da presente recomendação, para conhecimento, para o Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, e para o Poder Legislativo.

Jardim/MS, 10 de abril de 2018.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001027-9.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual descumprimento do Decreto nº 2.053, de 7 de novembro de 2017, pelo Executivo Municipal de Nova Andradina/MS.

Nova Andradina, 10 de abril de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001045-7.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Rodinélio Cesar de Oliveira.

Assunto: apurar o dano ambiental causado pela supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental no lote 918, localizado no assentamento Teijim, distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina/MS.

Nova Andradina, 10 de abril de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça